

MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS NO BRASIL: 1960/1980

Luiz Augusto de Queiroz Ablas



MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS NO BRASIL: 1960/1980

Luiz Augusto de Queiroz Ablas

SUMÁRIO

	Página
1. Dinâmica Demográfica e Densidade Populacional	2
2. Análise dos Movimentos Migratórios	10
3. Urbanização	29
4. Avaliação Conjunta dos Aspectos Analisados Anterior- mente	45
APÊNDICE 1	55
APÊNDICE 2	56

LISTA DE QUADROS E MAPAS

	Página
QUADRO 1 - POPULAÇÃO DOS ESTADOS: TAXA DE CRESCIMENTO INTERCENSITÁRIO E PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL	4
QUADRO 2 - ESTADOS: DENSIDADE DEMOGRÁFICA - 1960-1970 -1980 (HAB/KM ²)	6
QUADRO 3 - NORDESTE, SUDESTE E SUL: DENSIDADE DEMOGRÁFICA (HAB/KM ²)	7
QUADRO 4 - ESTADOS - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO E DENSIDADE DEMOGRÁFICA 1960/70	9
QUADRO 5 - ESTADOS - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO E DENSIDADE DEMOGRÁFICA 1970/80	9
QUADRO 6 - MATRIZ DE MIGRAÇÕES INTER-ESTADUAIS 1960/70	11
QUADRO 7 - MATRIZ DE MIGRAÇÕES INTER-ESTADUAIS E INTER-MUNICIPAIS NO MESMO ESTADO - 1970/80 .	14
QUADRO 8 - MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS INTER-ESTADUAIS 1960/70	20
QUADRO 9 - MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS INTER-ESTADUAIS 1970/80	21
QUADRO 10 - ESTADOS: TAXA VEGETATIVA ESTIMADA E INDICADORES DE MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS 1960/70 .	22
QUADRO 11 - ESTADOS: TAXA VEGETATIVA ESTIMADA E INDICADORES DE MOVIMENTO MIGRATÓRIOS 1970/80.	23

QUADRO 12 - URBANIZAÇÃO NO BRASIL	30
QUADRO 13 - DADOS SOBRE URBANIZAÇÃO POR ESTADO	32
QUADRO 14 - DISTRIBUIÇÃO DE CIDADES POR TAMANHO 1960-1970-1980	33
QUADRO 15 - BRASIL- IMPORTÂNCIA RELATIVA DAS CIDADES SEGUNDO O TAMANHO	34
QUADRO 16 - BRASIL: ÍNDICE DE GINI DE CONCENTRAÇÃO DE POPULAÇÃO URBANA	36
QUADRO 17 - FRONTEIRA AGRÍCOLA E RESTO DO BRASIL: DISTRIBUIÇÃO DE CIDADES POR TAMANHO 1960/1970/1980	39
QUADRO 18 - FRONTEIRA AGRÍCOLA E RESTO DO BRASIL: IMPORTÂNCIA RELATIVA DAS CIDADES SEGUNDO O TAMANHO (%)	40
QUADRO 19 - FRONTEIRA AGRÍCOLA E RESTO DO BRASIL: ÍNDICE DE GINI DE CONCENTRAÇÃO DE POPULAÇÃO URBANA	41
QUADRO 20 - ESTADOS: DENSIDADE RURAL E TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO RURAL	43
QUADRO 21 - BRASIL: FLUXOS RURAL-URBANOS E MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS INTER-ESTADUAIS 1960/1970/1980.	49
QUADRO 22 - BRASIL: FLUXOS RURAL-URBANOS E MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS INTER E INTRA ESTADUAIS 1970/1980	50
QUADRO 23 - ESTADOS: CRESCIMENTO RURAL E SALDOS MIGRATÓRIOS 1960/70	52
QUADRO 24 - ESTADOS: CRESCIMENTO RURAL E SALDOS MIGRATÓRIOS 1970/80	53



Página

MAPA 1 - DENSIDADE RURAL - 1960	46
MAPA 2 - DENSIDADE RURAL - 1970	47
MAPA 3 - DENSIDADE RURAL - 1980	48

MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS NO BRASIL: 1960/1980

O objetivo dessa parte é oferecer uma descrição de alguns aspectos demográficos que caracterizaram o Brasil, nas últimas duas décadas (1960-1980), com a finalidade de apreender a forma como vem se dando a ocupação do território nacional.

Não se pretende efetuar uma caracterização minuciosa da situação demográfica em todas suas dimensões, mas apenas selecionar alguns aspectos que possam ser adequadamente incorporados à análise.

Nesse sentido, dois níveis específicos de análise serão privilegiados. O primeiro refere-se à configuração espacial assumida pela formação sócio-econômica do Brasil. Neste sentido será enfatizada a distribuição espacial da população e o caráter urbano ou rural de seus assentamentos.

O segundo nível, vinculado à geração de estímulos aos movimentos de população, refere-se aos fluxos migratórios.

Desta forma, a pesquisa desenvolver-se-á em quatro tópicos enumerados a seguir, e que serão examinados separadamente:

1. Dinâmica demográfica e densidade populacional;
2. Análise de movimentos migratórios;
3. Urbanização;
4. Avaliação conjunta dos aspectos analisados anteriormente.

Na primeira parte serão comparados os crescimentos demográficos das populações dos diferentes estados brasileiros ao longo do período, colocando em evidência as eventuais disparidades. Concomitantemente serão apresentados e analisados os dados referentes à densidade demográfica.

Quanto à análise dos movimentos migratórios dois níveis serão considerados. Em primeiro lugar, ensaiar-se-á a monta-

gem de uma matriz de migrações, que reflitam os movimentos migratórios registrados nos períodos intercensitários. Desta forma, poder-se-á estabelecer o sentido dos principais movimentos registrados. Em segundo lugar, avaliar-se-á o peso destes movimentos migratórios no total do crescimento experimentado pelos diferentes estados, nos períodos intercensitários.

No item referente à urbanização igualmente dois níveis de análise serão considerados. No primeiro, avaliar-se-á, no seu conjunto, a evolução das populações urbanas e rurais, a nível estadual. Visando oferecer um panorama mais preciso, serão indicados os valores de densidade demográfica da população rural. No segundo nível de análise, serão classificados os processos urbanos no referente ao tamanho dos centros afetados, tentando-se estabelecer as classes de centros afetados positivamente e negativamente pelo processo de urbanização sofrido pelo Brasil no período.

Finalmente, na avaliação conjunta final, serão efetuados alguns cruzamentos e comparações com base na análise dos resultados obtidos nas três instâncias anteriores.

1. Dinâmica Demográfica e Densidade Populacional

A população brasileira cresceu entre 1960 e 1980 a uma taxa de 2,7% ao ano, o que representa um acréscimo de 70% em 20 anos.

Dado que os fluxos migratórios internacionais foram insignificantes nesse período, esta taxa pode ser considerada como representativa da do crescimento vegetativo. Analisada em um período mais amplo percebe-se que essa taxa encontra-se em declínio; após atingir um pico de 3% no período 1940/50, ela diminuiu para 2,9% entre 1960 e 1970, caindo para 2,5% em 1970/80. Note-se que este declínio muda a posição relativa do Brasil no mundo no que tange às taxas de crescimento populacional: se entre 1960 e 1970, dentro de um con-

junto dos 125 países mais povoados do mundo, o Brasil aparecia em 16º lugar, esta posição cai para o 47º na década seguinte⁽¹⁾.

Este comportamento demográfico está longe de ser uniforme, nos vários estados que compõem a Federação. O Quadro 1 mostra as taxas de crescimento total de cada um deles, bem como as mudanças observadas na participação no conjunto da população nacional.

A observação deste quadro permite uma primeira constatação de interesse no que diz respeito às disparidades nas taxas de crescimento demográfico, podendo-se perceber que apesar dessas disparidades não houve mudanças substantivas na estrutura de participação dos diferentes estados da Federação no total da população. Os estados que apresentam aumentos de participação mais sensíveis são o Distrito Federal, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Amazonas, Acre, Amapá e São Paulo, enquanto que os decréscimos mais evidentes são observados em Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Paraná, por sua vez, mostra um pico marcante da participação em 1970.

Percebe-se portanto que só São Paulo, como o estado onde ocorreu a maior parcela da industrialização brasileira verificada no período, e os estados (ou territórios) demográfica e economicamente vazios apresentam uma decisiva tendência à concentração demográfica (além do Distrito Federal, cuja fundação acontece pouco antes do Censo de 1960). Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul, por sua vez, apresentam taxas de crescimento sensivelmente inferiores às dos estados do Nordeste em seu conjunto, especialmente no último decênio, mostrando claros sinais de esgotamento, do processo de atração populacional, que, com exceção do Paraná, já estavam presentes a partir dos anos 40 (sendo que Minas Gerais, manifesta estagnação no crescimento desde fins do século passado).

(1) Segundo dados do *World Development Report* do Banco Mundial (1980), para 1978 (pág. 142/143).

QUADRO 1
POPULAÇÃO DOS ESTADOS: TAXA DE CRESCIMENTO
INTERCENSITÁRIO E PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL

Estado	Taxa de Crescimento Anual		Participação (%)		
	1960/70	1970/80	1960	1970	1980
1 Acre	3,1	3,4	0,23	0,23	0,25
2 Alagoas	2,4	2,3	1,80	1,71	1,67
3 Amapá	5,3	4,4	0,10	0,12	0,15
4 Amazonas	2,9	4,1	1,02	1,03	1,20
5 Bahia	2,4	2,4	8,48	8,05	7,96
6 Ceará	2,9	2,0	4,71	4,68	4,45
7 Distrito Federal	14,4	8,1	0,20	0,58	0,99
8 Espírito Santo	3,2	2,4	1,68	1,72	1,70
9 Goiás	4,4	2,8	2,75	3,16	3,25
10 Maranhão	1,9	2,9	3,55	3,21	3,36
11 Mato Grosso	6,0	4,6	1,28	1,71	2,10
12 Minas Gerais	1,7	1,5	13,89	12,33	11,25
13 Pará	3,5	4,6	2,20	2,33	2,86
14 Paraíba	1,8	1,5	2,85	2,56	2,33
15 Paraná	5,0	1,0	6,11	7,44	6,41
16 Pernambuco	2,4	1,8	5,85	5,54	5,16
17 Piauí	3,0	2,4	1,79	1,80	1,80
18 Rio de Janeiro	3,1	2,3	9,53	9,66	9,49
19 Rio Grande do Norte	3,1	2,1	1,63	1,66	1,60
20 Rio Grande do Sul	2,1	1,6	7,72	7,16	6,53
21 Rondônia	4,7	16,0	0,10	0,12	0,41
22 Roraima	3,5	7,0	0,04	0,04	0,07
23 Santa Catarina	3,1	2,3	3,05	3,12	3,05
24 São Paulo	3,3	3,5	18,37	19,08	21,03
25 Sergipe	1,8	2,4	1,08	0,97	0,95
BRASIL	2,9	2,5	100,00	100,00	100,00

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Censos Demográficos do Brasil de 1960, 1970 e 1980 - FIBGE.

Em termos de densidade demográfica total o Brasil, apesar de sua considerável população, apresenta coeficientes reduzidos, que passam de 8,3 hab/km² em 1960 para 14,1 hab/km² em 1980. Estes valores estão próximos daqueles observados para numerosos países da América Latina (Argentina, Chile, Uruguai, Peru, por exemplo) sendo, no entanto, inferiores aos apresentados pelo México, Equador e países da América Central, e ainda pelos países desenvolvidos em geral⁽¹⁾.

Também sob o aspecto da densidade demográfica observam-se diferenças significativas entre os estados. Esse fato pode ser visualizado nos dados apresentados no Quadro 2. De uma forma geral, o maior adensamento dos estados do Nordeste, Sul e Sudeste se traduz em valores de densidades superiores à média nacional, mostrando a concentração da população no litoral brasileiro, com uma predominância na costa leste. O Quadro 3 ilustra mais claramente essa concentração, podendo-se detectar diferenças de densidade da ordem de 20 para 1 nos dois primeiros períodos e de 14 para 1 em 1980 quando se compara o conjunto do Nordeste, Sudeste e Sul com o do Centro-Oeste e Norte. Apesar de ter havido nos anos recentes um pequeno adensamento populacional dessas duas últimas regiões, pode-se concluir que as mesmas ainda se constituem em espaços fracamente povoados quando comparados com o Nordeste, Sudeste e Sul do País. No entanto, mesmo os valores mais elevados observados para os estados dessas 3 regiões, encontram-se bem abaixo daqueles prevalecentes nos países industrializados da Europa, onde é possível notar valores sempre superiores a 100 hab/km². Nota-se, entretanto, que os estados do Rio de Janeiro e São Paulo já se encontram nesse patamar em 1980, sendo que o Rio de Janeiro já atingira esse valor em 1960.

(1) Banco Mundial, op. cit., págs. 110-111.

QUADRO 2

ESTADOS: DENSIDADE DEMOGRÁFICA - 1960-1970-1980 (HAB/KM²)

Estados	Densidade Demográfica		
	1960	1970	1980
1 Acre	1,0	1,4	2,0
2 Alagoas	45,3	57,3	71,8
3 Amapá	0,5	0,8	1,3
4 Amazonas	0,5	0,6	0,9
5 Bahia	10,6	13,4	16,9
6 Ceará	22,4	29,7	36,1
7 Distrito Federal	24,2	93,1	203,4
8 Espírito Santo	25,6	35,1	44,3
9 Goiás	3,0	4,6	6,0
10 Maranhão	7,6	9,2	12,3
11 Mato Grosso	0,7	1,3	2,0
12 Minas Gerais	16,6	19,7	23,0
13 Pará	1,3	1,8	2,8
14 Paraíba	35,3	42,3	49,1
15 Paraná	21,4	34,8	38,3
16 Pernambuco	41,5	52,5	62,5
17 Piauí	5,0	6,7	8,5
18 Rio de Janeiro	153,6	207,7	261,0
19 Rio Grande do Norte	21,5	29,2	35,9
20 Rio Grande do Sul	20,1	24,9	29,1
21 Rondônia	0,3	0,5	2,0
22 Roraima	0,1	0,2	0,3
23 Santa Catarina	22,3	30,4	38,0
24 São Paulo	51,9	71,9	101,2
25 Sergipe	34,2	41,0	51,7
TOTAL	8,3	11,0	14,1

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Censos Demográficos do Brasil de 1960, 1970 e 1980 - FIBGE.

QUADRO 3

NORDESTE, SUDESTE E SUL: DENSIDADE DEMOGRÁFICA (HAB/KM²)

Região	Densidade Demográfica		
	1960	1970	1980
Nordeste	14,4	18,3	22,6
Sudeste	33,0	43,4	56,3
Sul	21,0	29,3	33,9
Total três regiões	21,3	28,0	35,0
Norte e Centro-Oeste	1,0	1,6	2,5

FONTES DOS DADOS BRUTOS: Censos Demográficos do Brasil de 1960, 1970 e 1980 - FIBGE.

Dessas observações e da análise dos dados apresentados pode-se concluir que a distribuição espacial da população brasileira é extremamente desigual, concentrando-se nas três regiões colocadas em evidência (NE, SE e S) que compreendem cerca de 36% da superfície do país, quase 89% da população em 1980. Há no entanto dois aspectos a serem ressaltados:

- Em primeiro lugar, há indicações que o índice de concentração populacional do conjunto das três regiões encontra-se em declínio, posto que seu valor para 1960 era de 92%; é claro que esta não é uma variação quantitativamente importante, mas revela uma tendência definida;

- Em segundo lugar, há um único estado, no conjunto dos 16 incluídos nas três regiões consideradas, que mostra uma clara tendência ao aumento de sua participação; trata-se, obviamente de São Paulo.

Esta segunda constatação sugere o interesse de se aprofundar a análise através do cruzamento entre as informações contidas nos quadros 1 e 2, confrontando especificamente, densidades e taxas de crescimento. Para tanto, foram adotados os valores para o Brasil em seu conjunto para separar os dados estaduais em dois conjuntos: os que apresentam valores superiores aos do país, e os que apresentam valores iguais ou inferiores. O resultado desta classificação é indicado nos quadros 4 e 5, de onde podem ser extraídas as seguintes observações:

Em primeiro lugar, os casos de densidade e dinamismo baixos são reduzidos (na realidade, apenas o Maranhão em 1960/70, se enquadra claramente nessa categoria, pois os valores de crescimento dos demais estados estão próximos dos do Brasil); o restante dos estados de densidade baixa apresentam taxas elevadas de crescimento.

Em segundo lugar, percebe-se claramente pelos dados de 1970/80 o esgotamento do dinamismo demográfico de todos os estados de densidade elevada, excetuando-se São Paulo (já mencionado) e Distrito Federal, caso este que apresenta evidentes peculiaridades que torna difícil a análise.

QUADRO 4

ESTADOS - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO TAXA DE CRESCIMENTO
DA POPULAÇÃO E DENSIDADE DEMOGRÁFICA
1960/70

	Taxa de Crescimento	
	Inferior ou Igual à do Brasil	Superior à do Brasil
Densidade Inferior ou Igual à do Brasil	- AM, MA	- AC, AP, GO, MT - PA, PI, RO, RR
Densidade Superior à do Brasil	- AL, BA, CE, MG - PB, PE, RS, SE	- DF, ES, PR, RJ - RN, SC, SP

NOTA: Os valores de densidade correspondem a 1960.

QUADRO 5

ESTADOS - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO TAXA DE CRESCIMENTO
DA POPULAÇÃO E DENSIDADE DEMOGRÁFICA
1970/80

	Taxa de Crescimento	
	Inferior ou Igual à do Brasil	Superior à do Brasil
Densidade Inferior ou Igual à do Brasil	- PI	- AC, AP, AM, GO - MA, MT, PA, RO - RR
Densidade Superior à do Brasil	- AL, BA, CE, ES - MG, PB, PE, RS - SE, PR, RJ, RN, SC	- DF, SP

NOTA: 1) Os valores de densidade correspondem a 1970.

2) Os estados grifados são os que mudaram de posição entre 1960/70 e 1970/80.

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Censos Demográficos do Brasil de 1960, 1970 e 1980 - FIBGE.

Em outras palavras, e esta é uma constatação significativa, só as áreas demograficamente vazias e o estado de São Paulo apresentam aumentos na participação relativa da população. Levando-se em conta o reduzido peso demográfico dos estados de baixa densidade, comprova-se, sem dificuldade, a particular posição de realce do estado de São Paulo no conjunto da Federação, posição essa que se fortalece claramente ao longo dos últimos 20 anos.

Por detrás desse processo existem, importantes movimentos migratórios condicionando a totalidade do quadro e dando as bases para o fortalecimento dos pontos mais dinâmicos da economia brasileira. No próximo item tais movimentos serão analisados em maior profundidade.

2. Análise dos Movimentos Migratórios

Os movimentos migratórios presentes em um espaço nacional são talvez o aspecto mais relevante de uma análise que pretenda detectar as características assumidas pela ocupação do território na seqüência de um processo de desenvolvimento. Eles refletem de forma clara a atração exercida por determinados centros dinâmicos e ao mesmo tempo o papel desempenhado pela repulsão provocada pela desorganização da produção, presente em diversos níveis, em algumas áreas da nação.

Uma primeira análise desses movimentos pode ser feita a partir dos dados apresentados nos quadros 6 e 7 que mostram as matrizes de fluxos migratórios nos períodos 1960/70 e 1970/80. Nesses quadros são indicados os volumes de população residente em um estado e seu lugar de residência no decênio anterior à data do recenseamento. Trata-se portanto de uma aproximação com certo grau de imprecisão posto que não são registrados todos os movimentos realizados pelos migrantes mas apenas o último, registrando-se o destino destes e comparando-os com a localização na data do recenseamento

QUADRO 6

MATRIZ DE MIGRAÇÕES INTER-ESTADUAIS - 1960/1970

Destino \ Origem	AC	AL	AP	AM	BA	CE	DF	ES	GO
Acre	(365)	4	4	3739	25	1296	7	3	10
Alagoas		(5814)		10	1453	822	58	94	48
Amapá	37	4	(544)	132	8	246	4	4	
Amazonas	6411	23	71	(2715)	111	3366	165	40	312
Bahia	27	7314	47	103	(16894)	7426	594	5098	1283
Ceará	435	3136	87	839	1248	(6854)	343	111	211
Distrito Federal	184	1389	251	578	24289	23483		4219	78283
Espírito Santo	28	220		44	15545	364	127	(15742)	125
Goiás	42	415	15	198	21705	8402	6547	2260	(67377)
Maranhão	184	558	99	363	2174	41951	196	862	3550
Mato Grosso	244	3439	49	356	11840	6018	499	8575	26469
Minas Gerais	55	918	110	367	36540	2035	1954	23324	13365
Pará	1527	148	2649	6344	3810	15071	158	1549	16683
Paraíba	8	649	13	71	685	4513	179	34	199
Paraná	46	9618	65	78	25642	11437	646	19266	1451
Pernambuco	69	21797	42	334	8589	20284	322	176	280
Piauí	53	129	42	40	2258	21506	348	33	277
Rio de Janeiro	1217	15823	553	6049	52773	36212	5652	123403	3024
Rio G. do Norte	14	299	7	89	459	6021	197	31	342
Rio G. do Sul	8	78	4	76	398	255	194	190	116
Rondônia	2640	133	116	7866	284	1902	53	637	450
Roraima	4	3	4	1597	4	224	6		51
Santa Catarina	10	79		35	172	75	140	59	49
São Paulo	513	49741	183	1895	222605	41760	4735	13870	11421
Sergipe		11342	4	74	7757	280	48	142	7
TOTAL	14121	133073	4959	33992	457268	261803	23172	219722	225388

Continua



-11-

Destino	Origem	MA	MT	MG	PA	PB	PR	PE	PI	RJ
Acre		176	90	87	353	45	30	78	11	241
Alagoas		70	227	609	70	3528	848	39472	59	1355
Amapá		151	4	122	15269	96	4	62	34	236
Amazonas		618	220	411	10221	300	198	294	120	1845
Bahia		684	561	30343	283	11944	2737	31678	3295	6738
Ceará		4998	224	610	1626	17904	986	10124	8484	2302
Distrito Federal		10586	3022	84655	2227	19230	3624	13860	21527	51712
Espírito Santo		36	170	65051	116	250	687	526	63	10932
Goiás		43835	9974	133023	3358	4413	2280	4024	10389	2572
Maranhão	(23796)		190	1654	3065	3559	254	4765	61782	735
Mato Grosso		1089	(45840)	44451	745	2041	45117	6861	745	2614
Minas Gerais		588	1966	(25128)	520	3199	6006	4845	905	28116
Pará		25176	585	2844	(7109)	731	747	1035	3241	2342
Paraíba		337	65	401	63	(4264)	352	24964	359	2415
Paraná		265	7081	149645	267	4018	(342752)	19071	666	10100
Pernambuco		1487	352	1408	1011	48427	2171	(14510)	3849	7516
Piauí		20338	82	245	374	1418	133	2984	(4528)	368
Rio de Janeiro		12237	6789	240757	12386	90337	9258	67547	5158	(498870)
Rio G. do Norte		288	43	805	170	24134	257	3889	197	2229
Rio G. do Sul		37	571	1223	133	62	4725	415	49	4491
Rondônia		1140	3089	843	1569	210	2573	307	252	522
Roraima		309	15	38	203	36	4	9	51	176
Santa Catarina		26	441	1186	52	31	22124	195	39	2222
São Paulo		3635	37898	476527	4747	34115	184480	127763	12129	69035
Sergipe		121	81	100	15	455	256	2534	96	1246
TOTAL		152023	119580	1262166	65952	274747	632603	381812	138028	710930

Continua



Continuação

Destino \ Origem	RN	RS	RO	RR	SC	SP	SE	EST	TOTAL
Acre	159	59	448	27	21	80	4	284	7646
Alagoas	650	81	4	3	44	4071	3275	179	62844
Amapá	119	19	20	22	8	57		157	17359
Amazonas	480	149	965	963	105	802	59	1002	31971
Bahia	2521	761	42	7	177	12415	23548	2019	168539
Ceará	12555	215	248	78	111	2779	153	398	77059
Distrito Federal	7992	2640	172	40	1298	15959	1657	1342	374219
Espírito Santo	225	262	8		120	1275	581	382	112879
Goiás	8037	451	212	22	580	22642	334	910	354017
Maranhão	2126	155	160	66	35	532	197	389	153397
Mato Grosso	745	2952	452	20	873	145704	1783	7148	366669
Minas Gerais	5645	1715	39	13	1258	54019	918	3275	216823
Pará	1280	277	624	196	70	1254	85	1866	97401
Paraíba	17643	200	28	13	19	1536	268	154	59432
Paraná	1111	180597	95	8	166873	241413	4972	6817	1204000
Pernambuco	10851	920	34	26	200	8902	1115	1686	156358
Piauí	526	16	57	7		784	106	96	56748
Rio de Janeiro	29425	16039	551	173	5459	52795	16603	39644	1348734
Rio G. do Norte	(4140)	163	7	4	35	767	76	171	44834
Rio G. do Sul	133	(7546)	15	4	29022	5518	30	6539	61832
Rondônia	351	247	(1580)	166	87	727	57	629	28430
Roraima	44	122	41	(239)	47	59		210	3496
Santa Catarina	83	99580			(15259)	3337	17	754	145965
São Paulo	15838	18921	45	65	15403	(243755)	33893	78747	1703719
Sergipe	280	120			98	1955	(2100)	83	29194
TOTAL	122959	334207	5847	2162	237202	823137	91831	154881	6883565

FONTE: Censo Demográfico do Brasil - FIBGE - 1970.

IBGE

- 15 -

MATRIZ DE MIGRAÇÕES INTER-ESTADUAIS E INTER-MUNICIPAIS NO MESMO ESTADO - 1970/80

Destino \ Origem	AC	AL	AP	AM	BA	CE	DF	ES	GO	MA
Acre/Rondônia/Roraima/Amapá	19281	912	6851	15369	4551	7308	384	23670	4683	5005
Alagoas		(231377)		168	3085	2549	113		56	
Amazonas	6750	450	412	(76583)	1372	7815	1122	475	914	4194
Bahia	353	7284		738	(913698)	14696	1643	19346	4177	3531
Ceará	1021	643		839	3926	(529911)	2339	218	655	7253
Distrito Federal	492	1148	533	1640	36407	43494		2133	87167	32144
Espírito Santo		301		238	21322	2310	1378	(333469)	486	941
Goiás		457		1718	30915	14297	46603	1054	(769343)	32765
Maranhão		1289		208	9193	23310	1830	2801	21303	(572827)
Mato Grosso	75	1530		826	7207	2181	1225	3087	41027	1118
Mato Grosso do Sul		1041		120	1772	2617	1787	173	4904	222
Minas Gerais		649	707	2165	37127	5096	15510	20566	56832	1307
Pará	2833	940	6726	5654	21921	48872	2902	14791	66667	93112
Paraíba		1911			2430	9067	2545		571	472
Paraná		1289			5027	2240	1569	1226	4203	199
Pernambuco	367	26059		1095	21530	17714	2933	121	758	4515
Piauí	69	242		61	4679	23701	1497		1255	26787
Rio de Janeiro	2015	15273	390	1955	62425	47583	10189	56982	5537	35421
Rio Grande do Norte		429		572	1451	12959	1106		1002	513
Rio Grande do Sul				157	1466	3640	2467	1706	178	313
Santa Catarina		66		870	442	376	98		489	123
São Paulo	447	58547		2862	331438	149257	21409	14793	36306	22042
Sergipe		16816		38	16097	1922	187	38	112	660
TOTAL	33703	368653	15619	113876	1539481	972915	120836	496649	1108625	845464

FONTE: Tabulações Avançadas do Censo Demográfico - FIBGE - 1980.

Continua

INSTITUTO
 DE
 ESTADÍSTICA
 DO
 BRASIL

Destino \ Origem	MT	MTS	MG	PA	PB	PR	PE	PI	RJ	RN
Acre/Rondônia/Roraima/Amapá	47991	31931	19938	19056	937	116642	1105	643	2818	675
Alagoas			320	81	2605	722	49338	270	2904	523
Amazonas	534	113	1684	21847	373	1621	1046	414	3206	1345
Bahia	184	738	37347	1661	8676	5057	62258	4394	20311	3971
Ceará		1825	1301	3516	15589	1671	22966	11508	8742	9248
Distrito Federal	2091	1967	75639	6765	25791	4752	15251	35916	47931	9061
Espírito Santo	992	118	66892	1751	256	1956	1620	296	36003	650
Goiás	13440	2444	70133	10503	3938	5741	5163	10877	3661	4179
Maranhão	261		5459	9851	5660	3690	5736	69102	1182	1032
Mato Grosso	(156296)	28558	26415	600	667	112120	3034	137	3288	562
Mato Grosso do Sul	7172	(221984)	8261	271	1247	107334	2888	44	6995	497
Minas Gerais	2463	4257	(1842777)	2050	3384	31039	2040	237	62799	3449
Pará	2694	257	25025	(285811)	4199	18674	5863	14751	5222	3342
Paraíba		216	725	540	(268847)	129	30822	696	9465	18650
Paraná	3671	12949	31095	5081	3194	(1978362)	4313		13783	1473
Pernambuco	435	152	1961	3200	54234	2642	(763753)	6175	14632	6891
Piauí	132	194	458	260	1648	979	3353	(142449)	927	1262
Rio de Janeiro	3374	10022	144252	17883	86151	14574	72859	7132	(998826)	23324
Rio Grande do Norte	222	171	2246	382	33041	504	11471	1862	5420	(248798)
Rio Grande do Sul	2339	4150	3735	1454	314	18644	345	314	12703	
Santa Catarina	552	1406	1162	674		62368	615	291	5990	108
São Paulo	15104	88986	463051	20262	88042	590252	325829	43660	117338	33115
Sergipe	34	379	699	561	859	1037	5350	227	4405	932
TOTAL	259981	412277	2830575	414060	609652	3080510	1397018	351395	1388551	373087

Continua



-15-

Continuação

Destino \ Origem	RS	RO	RR	SC	SP	SE	Est	S/ Declaração	Nao Especificado	Total
Acre/Rondônia/Roraima/Amapá	2887	28175	130	3131	9815	200	5309	1105	31	380533
Alagoas	57	101		318	16040	4195	57	854		310333
Amazonas	1200	2784	1912	563	5063	103	2493	1583	233	148194
Bahia	3428			1284	39667	20722	1556	6179		1182899
Ceará	908			227	12849	486	1353	2444		640898
Distrito Federal	6390	574	205	1761	26892	2091	8528	2993	246	480002
Espírito Santo	863	835		430	10096	236	236	696	307	484592
Goiás	3084	642		135	31608	381	852	1295	235	1065463
Maranhão	185				2243	1188	577	2817	251	741995
Mato Grosso	17617	2762		6563	36084	326	686	400	270	454661
Mato Grosso do Sul	18964	807		4503	63590	556	4206	1263	39	463257
Minas Gerais	2415	855		2393	147850		6156	6121		2260244
Pará	2165	247		1197	6493	256	2040	927	55	643636
Paraíba	388	76		77	6910	310	310	3513		358670
Paraná	87337	1792		86253	111536	191	14848	2561		2374192
Pernambuco	1574			244	24539	1397	1712	3102		962342
Piauí	511	150		132	3583		151	352	128	214960
Rio de Janeiro	25185	201	2770	8362	79656	11983	30939	8935	1781	1785979
Rio Grande do Norte	126		252		6338	126	193	395		329579
Rio Grande do Sul	(1334646)	1829		41280	12887		15465	15557	169	1475758
Santa Catarina	73889	100		(544597)	8885		2877	1772		707750
São Paulo	22536	6557		11423	(4025048)	29920	88589	61964		6668777
Sergipe	189			338	7277	(112941)		593		171691
TOTAL	1606544	48487	5269	715211	4689549	187522	189133	127421	3735	24306405



- 16 -

anterior⁽¹⁾. Ilustrações adequadas desses dados, para cada período intercensitário, são apresentadas nos diagramas 1 e 2. Nesses diagramas tornou-se necessário agrupar alguns estados com a finalidade de ampliar a clareza da representação e destacar os principais movimentos migratórios detectados nas matrizes⁽²⁾.

Além dessa representação e apesar das imperfeições cita das anteriormente pode-se estimar os saldos migratórios por estado para os dois períodos intercensitários, conforme mos tram os Quadros 8 e 9.

Ainda com base nestes dados, é possível avaliar a impor tância relativa dos movimentos migratórios no crescimento demográfico dos estados. Para tanto, além da construção de indicadores específicos adequados, é necessário estimar as taxas de crescimento vegetativo. Os procedimentos adotados encontram-se detalhados no apêndice 2, onde também são discu tidos os indicadores propostos. Os valores obtidos são apre sentados nos Quadros 10 e 11, onde as diversas colunas têm os seguintes significados:

-
- (1) Além disso, deve-se assinalar que os critérios adotados pela FIBGE diferem para os dois censos consultados. En quanto que os dados para o período 1960-70 referem-se exclusivamente aos migrantes não nascidos no estado de de s^tino, os do período 1970-80 incluem estes migrantes. Des sa forma, os dados de migração intra-estadual são bem mais elevados no segundo período do que no primeiro. Da do que o interesse está centrado nos movimentos in ter-estaduais, este aspecto não é relevante. No entanto, os dados do censo de 1980 permitem apreciar a importân cia do fluxo intra-estadual. Este aspecto será comentado mais adiante.
- (2) As regiões Nordeste, Norte e Sul estão integradas pelos estados habitualmente incluídos nelas pelo FIBGE. A re gião Centro-Oeste, por sua vez, é também coincidente com a delimitada pelo FIBGE, com exceção do Distrito Federal, que aqui é colocado em evidência. O volume de movimentos migratórios captados no diagrama corresponde a 2/3 do to tal de movimentos registrados nas matrizes, aproximada mente, para os dois períodos intercensitários.

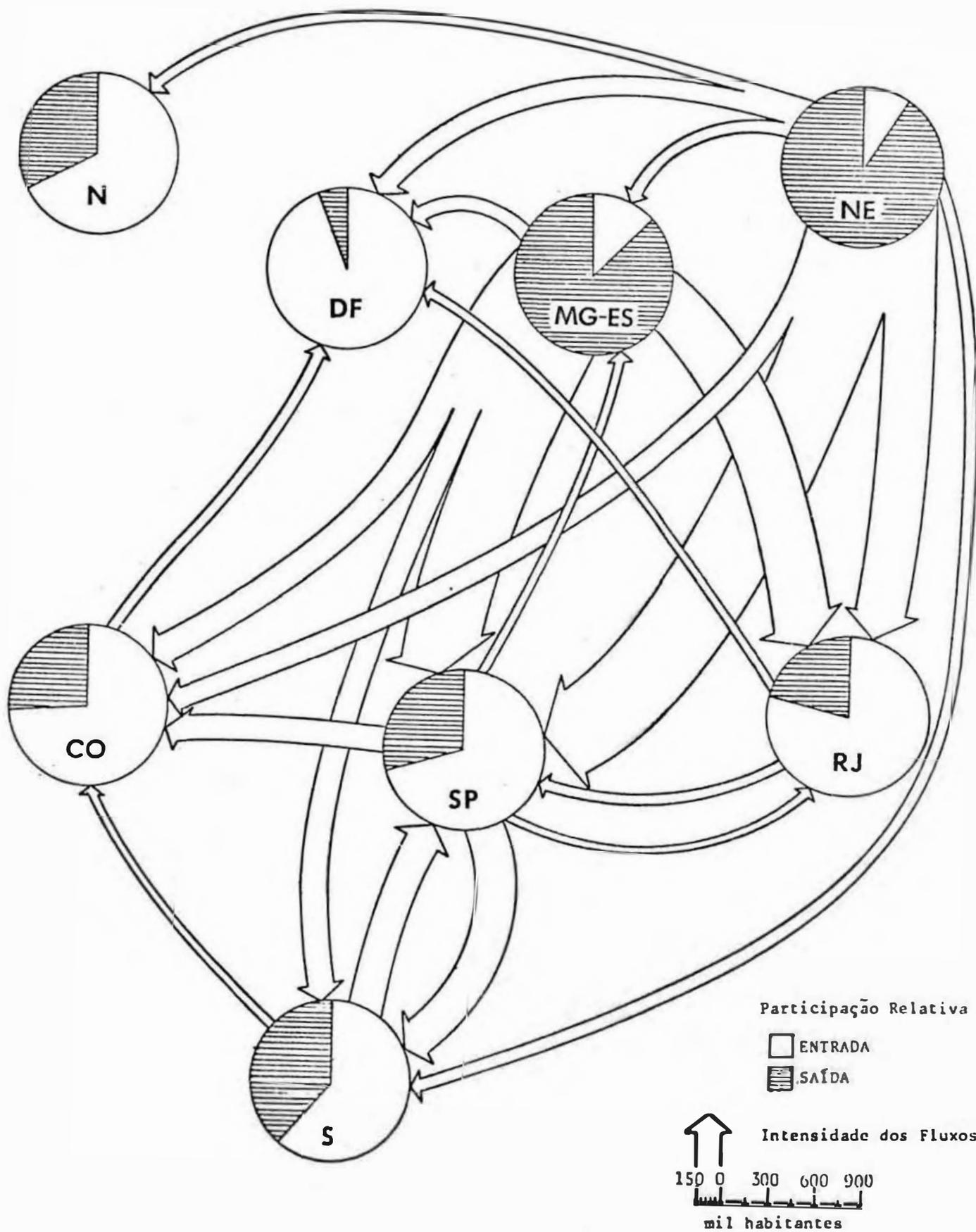


Diagrama 1 - Principais Fluxos Migratórios - 1960/1970.

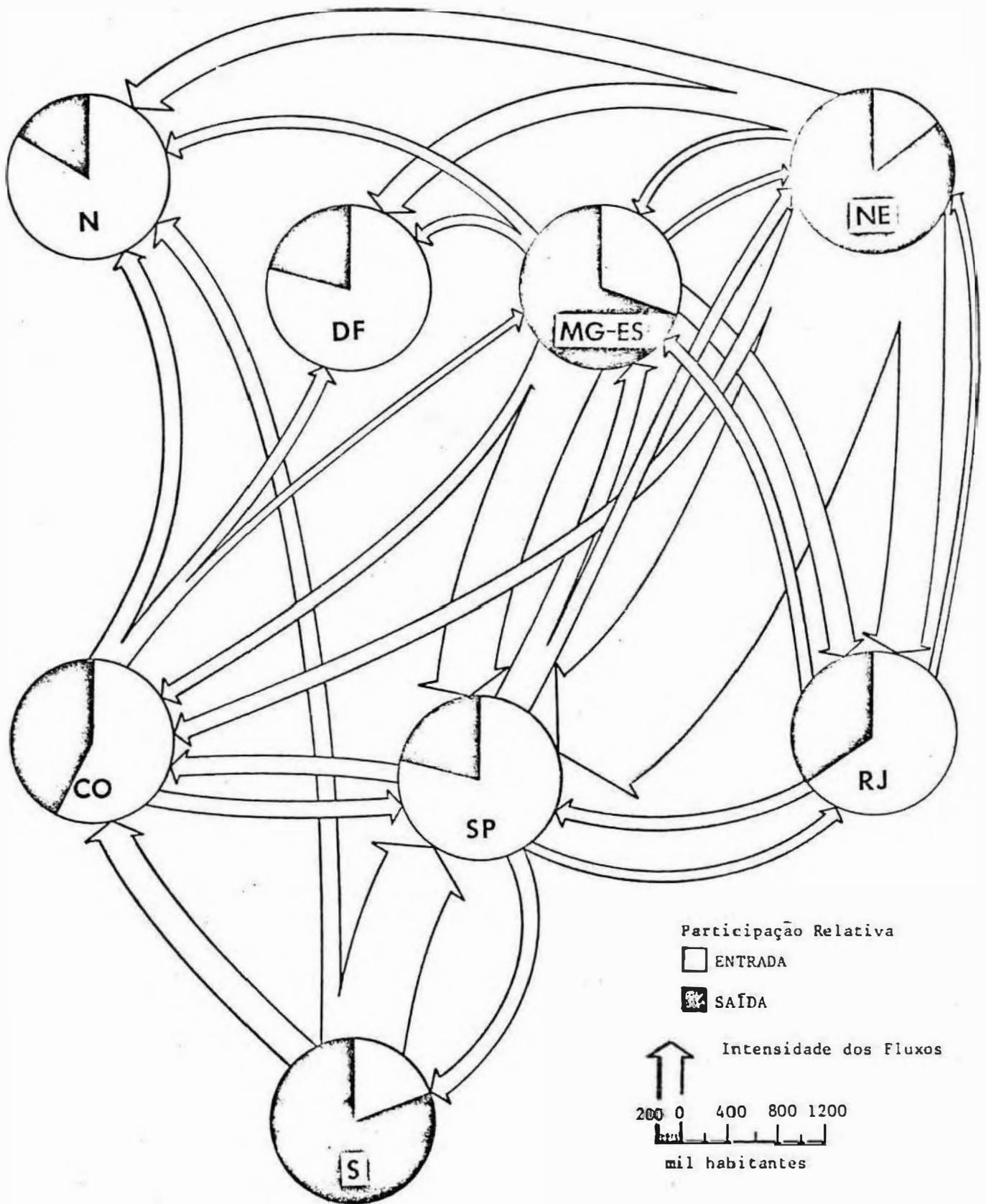


Diagrama 2 - Principais Fluxos Migratórios - 1970/1980

QUADRO 8
MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS INTERESTADUAIS
1960/1970

Estados	Entradas Totais	Saídas Totais	SalDOS
Acre	6.997	13.756	(6.759)
Alagoas	56.851	127.259	(70.408)
Amapá	16.658	4.415	12.243
Amazonas	28.254	31.277	(3.023)
Bahia	149.626	440.374	(290.748)
Ceará	69.807	254.949	(185.142)
Distrito Federal	372.877	23.172	349.705
Espírito Santo	96.755	203.980	(107.225)
Goiás	285.730	158.011	127.719
Maranhão	129.212	128.227	985
Mato Grosso	313.681	73.740	239.941
Minas Gerais	188.420	1.237.038	(1.048.618)
Pará	88.426	58.843	29.583
Paraíba	55.014	270.483	(215.469)
Paraná	854.431	289.851	564.580
Pernambuco	140.162	367.302	(227.140)
Piauí	52.124	133.500	(81.376)
Rio de Janeiro	810.220	212.060	598.160
Rio Grande do Norte	40.523	118.819	(78.296)
Rio Grande do Sul	47.747	326.661	(278.914)
Rondônia	26.221	4.267	21.954
Roraima	3.047	1.923	1.124
Santa Catarina	129.952	221.943	(91.991)
São Paulo	1.381.217	579.382	801.835
Sergipe	27.011	89.731	(62.720)
TOTAL	5.370.963	5.370.963	

FONTE: Censo Demográfico do Brasil - FIBGE - 1970.

NOTA: Os dados entre parênteses são negativos.

QUADRO 9
MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS INTERESTADUAIS
1970/1980

Estados	Entradas Totais	Saídas Totais	Saldos
Acre	319.651	48.641	271.010
Roraima			
Rondônia			
Amapá			
Alagoas	78.045	137.276	(59.231)
Amazonas	67.312	37.293	30.019
Bahia	261.466	625.783	(364.317)
Ceará	107.190	443.004	(335.814)
Distrito Federal	468.235	120.836	347.399
Espírito Santo	149.884	163.180	(13.296)
Goiás	293.738	339.282	(45.544)
Maranhão	165.523	272.637	(107.114)
Mato Grosso	532.774	293.978	238.796
Minas Gerais	405.190	987.798	(582.608)
Pará	354.803	128.249	226.554
Paraíba	86.000	340.805	(254.805)
Paraná	378.421	1.102.148	(723.727)
Pernambuco	193.168	633.265	(440.097)
Piauí	71.880	208.946	(137.066)
Rio de Janeiro	745.498	389.725	355.773
Rio Grande do Norte	80.193	124.289	(44.096)
Rio Grande do Sul	109.921	271.898	(161.977)
Santa Catarina	158.504	170.614	(12.110)
São Paulo	2.493.176	664.501	1.828.675
Sergipe	58.157	74.581	(16.424)
TOTAL	7.578.729	7.578.729	

FONTE: Tabulações avançadas do Censo Demográfico - FIBGE - 1980.

NOTA: Os dados entre parênteses são negativos.

QUADRO 10

ESTADOS: TAXA VEGETATIVA ESTIMADA E INDICADORES DE MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS
1960/70

Estados	Taxa Vegetativa	Contribuição	Impacto	Taxa Migratória
1 Acre	3,5	-12,3	-6,0	-0,38
2 Alagoas	2,9	-19,6	-7,4	-0,51
3 Amapá	3,9	30,8	26,1	1,38
4 Amazonas	3,0	-1,4	-0,6	-0,04
5 Bahia	2,8	-17,5	-6,5	-0,45
6 Ceará	3,4	-16,9	-7,8	-0,50
7 Distrito Federal				
8 Espírito Santo	4,0	-23,3	-13,6	-0,81
9 Goiás	3,8	14,4	9,7	0,54
10 Maranhão	1,9	0,2	0,0	0,00
11 Mato Grosso	4,0	39,3	39,8	2,00
12 Minas Gerais	2,7	-40,1	-14,1	-1,02
13 Pará	3,3	5,4	2,7	0,16
14 Paraíba	2,8	-38,7	-14,3	-1,01
15 Paraná	3,9	24,4	19,5	1,03
16 Pernambuco	2,9	-19,5	-7,4	-0,51
17 Piauí	3,6	-18,4	-9,3	-0,58
18 Rio de Janeiro	2,2	29,4	11,2	0,82
19 Rio Grande do Norte	3,7	-18,7	-9,9	-0,61
20 Rio Grande do Sul	2,6	-19,9	-6,7	-0,48
21 Rondônia	2,0	62,0	38,2	2,67
22 Roraima	3,2	10,8	5,3	0,33
23 Santa Catarina	3,5	-12,4	-6,1	-0,38
24 São Paulo	2,8	18,7	8,2	0,55
25 Sergipe	2,6	-32,4	-10,8	-0,78

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Censos Demográficos do Brasil de 1960 e 1970 - FIBGE.

QUADRO 11

ESTADOS: TAXA VEGETATIVA ESTIMADA E INDICADORES DE MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS
1970/80

Estados	Taxa Vegetativa	Contribuição	Impacto	Taxa Migratória
Acre+Amapá+Rondônia+Roraima	6,9	46,9	85,9	1,22
Alagoas	2,6	-14,4	-4,8	-0,34
Amazonas	3,9	7,2	4,6	0,25
Bahia	2,8	-17,5	-6,4	-0,44
Ceará	2,7	-29,0	-10,0	-0,71
Distrito Federal	3,8	61,8	93,9	4,32
Espírito Santo	2,4	-3,4	-1,1	-0,08
Goiás	2,9	-5,4	-2,1	-0,14
Maranhão	3,3	-11,1	-4,9	-0,32
Mato Grosso	3,4	29,7	20,9	1,19
Minas Gerais	2,0	-25,3	-6,2	-0,48
Pará	3,8	20,6	15,2	0,81
Paraíba	2,5	-42,7	-13,7	-1,01
Paraná	2,0	-53,3	-12,7	-1,01
Pernambuco	2,6	-33,6	-11,0	-0,80
Piauí	3,2	-25,9	-11,2	-0,74
Rio de Janeiro	1,9	17,5	4,8	0,37
Rio Grande do Norte	2,3	-12,3	-3,6	-0,26
Rio Grande do Sul	1,8	-13,7	-2,9	-0,23
Santa Catarina	2,3	-1,8	-0,5	-0,04
São Paulo	2,6	28,5	13,3	0,89
Sergipe	2,5	-7,3	-2,3	-0,17

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Censos Demográficos do Brasil de 1970 e 1980 - FIBGE.

Contribuição (col. 2) indica, em termos percentuais, a contribuição (positiva ou negativa) do movimento migratório sobre o total do crescimento observado no estado, no período. Baseia-se na hipótese de que a taxa de crescimento vegetativo independe dos fluxos migratórios;

Impacto (col. 3) indica, também em termos percentuais, o acréscimo (ou decréscimo) diferencial imputável à migração, em relação ao crescimento total, em termos de população total. Isto é, estabelece em que grau o movimento migratório muda o total de população existente no fim do período intercensitário;

Taxa Anual de Crescimento Migratório (col. 4) indica a importância do movimento migratório, mediante a subtração entre a taxa total de crescimento anual e a taxa vegetativa estimada.

Em todos os casos, valores positivos indicarão saldos migratórios positivos, e valores negativos indicarão saldos negativos.

A taxa de crescimento vegetativo independe de explicação, merecendo apenas alguns comentários, prévios à análise propriamente dita dos resultados. Como fica claro no Apêndice 2, o método de estimação desta taxa (e, a partir daí, dos indicadores associados e os movimentos migratórios) é de certa forma rudimentar para que se possa ter plena confiança nos resultados obtidos. Em alguns casos, as taxas vegetativas estimadas apresentam valores inconsistentes, sendo os exemplos mais evidentes os casos do Acre+Amapá+Rondônia+Roraima, Amazonas e Distrito Federal (para 1970/80) e Paraná (para 1960/70)⁽¹⁾. Além do mais, outros valores, ainda que razoáveis em termos absolutos, não coincidem com o comportamento habitualmente esperado dos estados correspondentes. A referência

(1) Esses casos correspondem aos estados que apresentaram estimativas de taxas vegetativas superiores mais de um ponto à taxa do Brasil, no mesmo período, o que parece pouco provável de ocorrer.

aqui diz respeito principalmente a alguns estados do Nordeste, onde as taxas vegetativas estimadas são relativamente baixas. Como exemplo pode-se citar Alagoas, Paraíba e Pernambuco, nos dois períodos intercensitários.

Por estas razões, optou-se por evitar uma avaliação direta do comportamento das referidas taxas. Os indicadores de migração, em certa medida, parecem mais confiáveis, uma vez que incluem entre suas variáveis valores censitários exatos, o que diminui a margem de erro.

Com base nesses resultados elaborados e nos diagramas apresentados, e levando-se em conta as considerações limitativas efetuadas, pode-se chegar a algumas constatações interessantes.

Inicialmente, a rápida observação dos indicadores expostos nos quadros anteriores sugere uma notável disparidade de comportamento dos diferentes estados. Como era de se esperar, os estados nordestinos evidenciam um comportamento claramente expulsor de população, sendo que os saldos negativos representam parcelas ponderáveis tanto da população total, como do crescimento nos períodos intercensitários⁽¹⁾. Os valores do coeficiente de contribuição são quase sempre inferiores a -10%, chegando em vários casos a níveis abaixo de -20%, como são os casos do Ceará (em 1970/80), Paraíba, Pernambuco, Piauí (em 1970/80), e Sergipe (em 1970/80). O impacto deste fluxo negativo de migrantes oscila entre -6,5% e -14,3%, em 1960/70, e -2,3% e -13,7%, entre 1970 e 1980.

As mudanças observadas entre os dois períodos intercensitários são diferenciadas nos vários estados nordestinos. Ceará, Piauí e Pernambuco apresentam diminuições sensíveis nos índices de contribuição e impacto (em termos absolutos), enquanto que Alagoas, Rio Grande do Norte e Sergipe evidenciam um comportamento inverso.

(1) A única exceção é o Maranhão, entre 1960 e 1970.

Saldos migratórios negativos caracterizam também vários estados não pertencentes ao Nordeste. Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul perdem também proporções importantes de seus crescimentos. No entanto, todos eles conseguem aumentar de forma significativa a contribuição e o impacto, entre os períodos de 1960/70 e 1970/80, sendo que Espírito Santo e Santa Catarina conseguem reter quase todo seu crescimento vegetativo no último período. Minas Gerais, por sua vez, após perder 40% de seu crescimento no período 1960/70, reduz este índice para 25% no período seguinte, o que resulta em uma contração significativa do impacto do saldo migratório.

Os estados que recebem estes fluxos são São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, e, com algumas exceções, os do Norte e Centro-Oeste.

São Paulo, como era de se esperar, é o principal receptor de migrantes, tendo aumentado seu saldo positivo em cerca de 130% entre os dois períodos. Apesar dos elevados valores absolutos, os índices que mensuram contribuição e impacto devido ao elevado volume de população envolvido, não registram valores muito diferentes dos observados em outros estados. Mesmo assim, a contribuição dos movimentos migratórios é elevada e crescente, passando de menos de 1/5 para mais de 1/4 do crescimento intercensitário entre os dois períodos. Em 1970/80, este estado capta 55% do total de saldos migratórios inter-estaduais.

Rio de Janeiro sofre uma brusca queda no seu saldo migratório, com uma importante diminuição dos índices de contribuição e impacto. Se em 1960/70, a imigração significou quase 1/3 do crescimento total do estado, em 1970/80 ela representou pouco mais de 1/6.

O Distrito Federal, por sua vez, absorve significativos fluxos migratórios em 1970/80, os quais representam quase 2/3 do crescimento total. Note-se que o saldo do período é quase igual ao do Rio de Janeiro, embora se trate aqui de

uma área bem menor, tanto do ponto de vista territorial como do demográfico⁽¹⁾.

Os estados do Norte e Centro-Oeste, embora evidenciando em geral saldos positivos, apresentam comportamentos desiguais. No Mato Grosso, os saldos migratórios contribuem decisivamente para o crescimento demográfico com 39% e 30% do crescimento total, respectivamente em 1960/70 e 1970/80. Em termos de impacto, a imigração acrescenta à população, cerca de 40% e 21% em 1970 e 1980, respectivamente. Mesmo em se tratando de coeficientes elevados, há, claramente, uma diminuição relativa sensível, que se reflete em uma diminuição, em termos absolutos, do saldo migratório.

Goiás apresenta a mesma tendência, porém com características mais acentuadas posto que o importante saldo positivo de 1960/70 - contribuição ao crescimento de 14% - torna-se negativo em 1970/80, retirando mais de 5% do crescimento.

Já os estados do Norte, após apresentarem um saldo migratório ligeiramente positivo (em seu conjunto) entre 1960 e 1970, mostram um brusco aumento no decênio seguinte, contribuindo de forma importante para o crescimento global de suas populações, especialmente no conjunto Acre, Rondônia, Roraima, Amapá. O estado do Amazonas, mesmo revertendo o sinal do saldo, apresenta índices de contribuição e impacto bem menores.

O caso do Paraná é bem diferenciado dos demais, merecendo uma análise à parte. Após apresentar um importante saldo positivo em 1960/70 (saldo comparável ao do Rio de Janeiro no período), que contribui com 1/4 do crescimento total de sua população, passa a ser caracterizado por um processo violento de emigração no período seguinte, o qual retira mais da metade do seu crescimento vegetativo.

(1) Dado que por ocasião do Censo de 1960 o Distrito Federal havia sido recentemente criado, não faz muito sentido avaliar os movimentos migratórios em termos de contribuição e impacto, em 1960/70.

Os comentários sobre o comportamento individual dos diversos estados deve ser complementado pelas características e direções dos principais movimentos migratórios, tomando-se por base as matrizes de migração e os diagramas de fluxo correspondentes.

Através desses dados, pode-se perceber que o Nordeste é, obviamente, o grande "fornecedor" de migrantes para todo o resto do Brasil, principalmente para São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal, e, em menos grau, para o Norte. Os migrantes de Minas Gerais e Espírito Santo têm, preponderantemente, esses mesmos estados como destino. O Centro-Oeste, por sua vez, recebe migrantes de São Paulo, Sul e Minas Gerais. O Norte, que absorve importantes fluxos na década de 1970/80, recebe migrantes das áreas que se tornam importantes expulsoras neste período: principalmente, o Sul e o Centro-Oeste.

Finalmente, note-se, que o Distrito Federal, acolhe principalmente migrantes mineiros, nordestinos e do Centro-Oeste, e só em um grau reduzido do Rio de Janeiro (e, nesse caso, apenas na década 1960/70). Percebe-se então que a nova capital não consegue deslocar população do Centro-Sul do país em forma apreciável, mas redireciona (e talvez gere) fluxos provenientes de áreas de baixa densidade, ou tradicionalmente expulsoras.

A comparação entre os dois períodos intercensitários mostra, qualitativamente, algumas mudanças importantes na posição do Norte, que se torna mais receptor, e do Sul e Centro-Oeste, que experimentam uma mudança em sentido contrário. Do ponto de vista quantitativo, observa-se o aumento da importância relativa da atratividade de São Paulo, especialmente em relação ao Rio de Janeiro.

Com base nessas análises, pode-se resumir algumas observações sobre o comportamento migratório do Brasil através das seguintes proposições:

- Existe uma clara divisão entre áreas expulsoras e receptoras de migração; a maioria dos estados não muda o sinal do seu saldo no período 1960/80. Entre os poucos casos onde se registra inversão dos movimentos migratórios, o mais notável é o do Paraná, e em menor grau Goiás e Amazonas.

- A nível do impacto relativo das migrações sobre o comportamento demográfico, nota-se tendências divergentes. Quatro estados do Centro-Sul e Sul, que apresentam saldos negativos (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais e Espírito Santo), mostram uma clara tendência a aumentar seu grau de retenção de população. Três estados do Nordeste, apresentam o mesmo comportamento (Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe).

- Só São Paulo, o Distrito Federal e os estado do Norte é que apresentam um comportamento decididamente receptor de população, e em grau crescente.

- Os migrantes nordestinos dirigem-se basicamente às regiões Sudeste e Norte. Os provenientes de Espírito Santo e Minas Gerais têm o mesmo destino, além da região Centro-Oeste e o Distrito Federal. Finalmente, os vultosos saldos negativos que registra a região sul em 1970/80 manifestam-se como fluxos que têm São Paulo, primordialmente, e as regiões Centro-Oeste e Norte, em segundo lugar, como áreas de destino.

3. Urbanização

O Brasil vem experimentando, nos últimos 50 anos um processo de progressiva urbanização que elevou a população vivendo nas cidades de 31 milhões em 1960 para mais de 80 milhões no início da década de 80, o que equivale a um crescimento anual de cerca de 5% em todo o período.

No entanto, é interessante notar que ao final da década de 70, chega-se a um ponto em que, pela primeira vez, o Brasil apresenta uma queda absoluta em sua população rural (ver Quadro 12): em 1980, ela é 5% inferior à de 1970, sendo supe

QUADRO 12
URBANIZAÇÃO NO BRASIL

	1960	1970	1980
População Total	69.806.430	93.137.796	119.069.542
População Urbana	31.498.578	52.083.743	80.153.390
População Rural	38.307.852	41.054.053	38.916.152
Cresc. Pop. Total		2,9%	2,5%
Cresc. Pop. Urbana		5,2%	4,4%
Cresc. Pop. Rural		-0,7%	-0,5%

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Censos Demográficos do Brasil de 1960, 1970 e 1980 - FIBGE.

rior à de 1960 em apenas 1,6%. Isso ocorre apesar da elevada taxa de crescimento vegetativo registrada entre 1960 e 1980 (2,7%). Esse fenômeno já era evidente na primeira metade do período 1960/70, quando a população rural cresceu apenas 7% ao ano, taxa essa que não permitiu sequer reter seu crescimento vegetativo.

Em decorrência destes índices de crescimento, as taxas de urbanização sofrem sensíveis modificações; em 1970, também pela primeira vez, há no Brasil maior volume de população urbana do que rural, sendo que o índice de urbanização supera os 2/3 em 1980.

Ainda que em níveis diferentes, todos os estados brasileiros, à exceção de Rondônia, apresentam taxas de urbanização crescentes nas duas últimas décadas, tendo alguns deles, como são os casos dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, atingido taxas de urbanização próximas dos 90%. Conforme pode ser observado no Quadro 13, todos os estados apresentam taxas de crescimento da população urbana significativamente superiores à taxa de crescimento demográfico do Brasil. Mesmo os estados considerados fronteira agrícola apresentam taxas expressivas de crescimento de população urbana (sobresaindo Rondônia e Roraima com valores de 14,6 e 10,7, respectivamente), mostrando que mesmo na ocupação agrícola do território brasileiro tem prevalecido padrões claros de urbanização acelerada.

A análise do processo de urbanização brasileiro foi feita até o momento de um ponto de vista global, sem se fazer referência aos padrões assumidos por essa urbanização principalmente no que tange ao tamanho das cidades.

Os dados dispostos nos Quadros 14 e 15 permitem uma análise desse aspecto. Enquanto no Quadro 14 são apresentadas as distribuições de cidades para 1960, 1970 e 1980, no Quadro 15 esses dados são elaborados levando-se em conta o total de população compreendida em cada categoria, obtendo-se assim um indicador de sua importância relativa, representada por um percentual sobre o total de população urbana.

QUADRO 13
DADOS SOBRE URBANIZAÇÃO POR ESTADO

Estados	Taxa de Urbanização (%)			Taxa Crescimento População Urbana	
	1960	1970	1980	1960/70	1970/80
1 Acre	21,2	27,5	44,0	5,9	8,3
2 Alagoas	33,5	39,8	49,2	4,1	4,5
3 Amapá	51,4	54,6	58,8	5,9	5,2
4 Amazonas	33,1	42,5	59,9	5,5	7,7
5 Bahia	34,6	41,2	49,2	4,2	4,2
6 Ceará	33,5	40,8	53,2	4,9	4,7
7 Distrito Federal	63,2	96,0	96,8	19,3	8,2
8 Espírito Santo	31,6	45,1	63,8	6,9	6,0
9 Goiás	30,3	42,1	62,2	7,9	6,9
10 Maranhão	17,9	25,1	31,4	5,4	5,3
11 Mato Grosso	38,9	42,8	62,7	7,0	8,7
12 Minas Gerais	40,0	52,8	67,1	4,6	4,0
13 Pará	40,6	47,2	48,9	5,1	5,0
14 Paraíba	34,9	42,1	52,3	3,7	3,7
15 Paraná	30,7	36,1	58,6	6,7	6,0
16 Pernambuco	44,8	54,5	61,6	4,4	3,0
17 Piauí	23,4	31,9	42,0	6,3	5,3
18 Rio de Janeiro	79,0	87,9	89,2	4,2	2,5
19 Rio Grande do Norte	37,5	47,6	58,8	5,6	4,2
20 Rio Grande do Sul	44,8	53,3	67,6	3,9	4,0
21 Rondônia	43,6	53,6	47,3	6,9	14,6
22 Roraima	43,2	42,8	60,2	3,4	10,7
23 Santa Catarina	32,3	42,9	59,4	6,1	5,6
24 São Paulo	62,7	80,3	88,6	5,9	4,5
25 Sergipe	38,7	46,1	54,0	3,6	4,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Censos Demográficos do Brasil de 1960, 1970 e 1980 - FIBGE.

QUADRO 14

BRASIL - DISTRIBUIÇÃO DE CIDADES POR TAMANHO 1960-1970-1980

Tamanho (Hab.)	1960	1970	1980
0 - 2000	4737	5379	4861
2000 - 10000	1394	1744	2179
10000 - 20000	154	276	433
20000 - 50000	}	173	306
50000 - 100000		49	78
100000 - 500000	129	39	56
500000 - 1000000	}	-	3
Regiões Metropolitanas		10	10
TOTAL	6414	7670	7926

FONTE: Censo Demográfico do Brasil de 1980 - FIBGE.

NOTA: No item "Regiões Metropolitanas", indica-se as 10 regiões habitualmente compreendidas neste conjunto (isto é, Belém, Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Fortaleza, Recife, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador e São Paulo), apesar delas pertencerem, a rigor, a outras faixas, para alguns anos censitários. Os dados referentes a 1960 não permitem o mesmo detalhamento efetuado para 1970 e 1980.

QUADRO 15

BRASIL - IMPORTÂNCIA RELATIVA DAS CIDADES SEGUNDO O TAMANHO

Tamanho (Hab.)	Importância Relativa (%)		
	1960	1970	1980
0 - 2000	10,3	5,5	4,0
2000 - 10000	17,1	14,4	10,8
10000 - 20000	6,8	7,4	8,4
20000 - 50000	} 65,8	11,6	12,0
50000 - 100000		7,1	7,3
100000 - 500000		15,2	20,8
500000 - 1000000		-	2,4
10 Regiões Metropolitanas	} 38,8	38,8	34,3
TOTAL		100,0	100,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS - Censo Demográfico do Brasil de 1980 - FIBGE.

NOTA: Salvo no caso das Regiões Metropolitanas em 1970 e 1980, os valores foram estimados mediante o produto do número de cidades de cada faixa por um valor médio correspondente a cada faixa; este valor médio foi obtido com base na amostra para cada faixa dos estados mais representativos, que incluem 2/3 do número de cidades. As eventuais diferenças com o total de população urbana foram anuladas ajustando os valores da faixa superior (por ser a que está mais sujeita a erros). Para 1960, o valor da faixa de mais de 20.000 habitantes foi estimado por diferença com o total de população urbana.

Esses dados podem sugerir, à primeira vista, que tenha havido um crescimento diferenciado dos centros urbanos, os maiores crescendo mais rapidamente do que os menores. Deve-se levar em conta, no entanto, o fato de que a própria expansão dos centros, ao longo do período de 20 anos, leva-os a mudar sua posição dentro da classificação.

Um simples exercício que contemple este aspecto, será suficiente para obter uma idéia mais correta sobre o assunto. Se se consideram apenas duas faixas em 1960 (de 0 até 20.000, e de 20.000 e mais habitantes), e se esses limites de faixa são corrigidos pela taxa de crescimento da população urbana global (154,5% entre 1960 e 1980 segundo os dados do Quadro 12), percebe-se que se as cidades compreendidas em cada uma destas faixas recalculadas cresceram em conjunto às mesmas taxas, elas deverão encontrar-se respectivamente nas faixas de 0 até 50.000 e mais de 50.000 habitantes. Isto é, se nestas duas são encontradas proporções de população urbana semelhantes às aquelas obtidas em 1960, pode-se então dizer que as cidades compreendidas nas duas faixas definidas para 1960 cresceram em seu conjunto à mesma taxa.

Pelos dados do Quadro 15 pode-se observar que em 1960, 65,8% da população urbana morava em cidades de mais de 20.000 habitantes, e em 1980, a proporção da população urbana em centros de mais de 50.000 habitantes (valor próximo do novo limite reajustado) era de 64,8%. Uma diferença de apenas um ponto, indica que, grosso modo, o crescimento dos dois conjuntos de centros urbanos deve ter sido da mesma ordem.

Essas observações podem ser corroboradas pela análise dos coeficientes de concentração de Gini, calculados para número de cidades e população total pelos estratos considerados anteriormente e que são apresentados no Quadro 16. Tais dados não mostram mudanças significativas de peso, ainda que indiquem uma leve tendência à concentração, confirmando assim as considerações sobre o padrão relativamente equilibrado do crescimento urbano no Brasil.

QUADRO 16

BRASIL: ÍNDICE DE GINI DE CONCENTRAÇÃO DE POPULAÇÃO URBANA

Índice	1960	1970	1980
4 Observações	0,800	0,841	0,833
8 Observações	-	0,858	0,863

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Censo Demográfico do Brasil de 1980 - FIBGE.

NOTA: São apresentados os índices para 4 observações, conforme os quadros anteriores, a fim de possibilitar a incorporação do ano de 1960; mas é claro que os índices para 8 observações são mais exatos.

Embora os dados não permitam uma avaliação mais aprimorada do problema, a análise efetuada deve ser qualificada de vidamente, por duas razões:

- Em primeiro lugar, não se deve supor que ela seja válida para todos os estados de forma indistinta. Por essa razão, serão desenvolvidas a seguir análises específicas dos estados do Norte e Centro-Oeste;

- Em segundo lugar, o crescimento experimentado pelas 10 regiões metropolitanas foi, em 1970/80, inferior ao crescimento global da população urbana, razão pela qual o comportamento dos demais centros maiores de 50.000 habitantes em 1980, deve ter sido mais dinâmico.

De qualquer forma, é importante levar em conta o padrão de crescimento que foi grosseiramente identificado, na medida em que se revela contrário ao que normalmente seria esperado e que diz respeito à decadência dos centros urbanos menores. Outro elemento importante é a relativa estagnação das 10 regiões metropolitanas, que perdem participação na população urbana entre 1970 e 1980. Este aspecto poderia, talvez, deixar transparecer que elas, no seu conjunto, estariam perdendo dinamismo, em favor de centros urbanos menores (ainda que, é claro, se deva levar em conta os comportamentos diferenciados de cada uma delas).

Um outro aspecto que convém assinalar pela sua relevância, é a diminuição no número de centros de até 2.000 habitantes entre 1970 e 1980. Este poderia ser um indício de que a criação de cidades pequenas é um fenômeno em vias de esgotamento no Brasil, apresentando-se o recente desenvolvimento urbano primordialmente em centros já criados, cujo crescimento foi avaliado anteriormente. É claro que este aspecto está intimamente ligado ao decréscimo de importância relativa das áreas de fronteira, fenômeno esse perceptível apenas a partir dos anos 70.

Como foi assinalado, os resultados globais analisados não podem ser considerados válidos ao nível de estados. Como uma forma de dar alguma indicação a esse nível, serão feitas con

siderações referentes aos estados das regiões Norte e Centro-Oeste (excluindo os territórios federais, de reduzida importância), estados esses que constituíram, em diversos anos do período estudado, a fronteira agrícola do país. Nesse sentido, o comportamento do resto dos estados vai ser ilustrado "por diferença". Os Quadros 17 e 18 indicam o comportamento desses dois agrupamentos.

Algumas observações interessantes podem ser retiradas desses dados. Inicialmente, observa-se que os estados componentes do grupo da fronteira agrícola apresentam uma distribuição populacional menos concentrada, sobressaindo-se as cidades de até 20.000 habitantes que compreendem uma proporção expressiva da população. Essa observação, no entanto, não pode ser tomada em termos absolutos uma vez que é preciso ter em mente que a rede urbana que predomina nesses estados não está totalmente desenvolvida, podendo acontecer que com o decorrer do tempo o mesmo padrão dominante no restante do país venha a prevalecer para essa região.

Adicionalmente, constata-se que o número de centros de até 10.000 habitantes da fronteira agrícola diminuiu sensivelmente entre os anos 1970 e 1980, sugerindo que o esgotamento da criação de novos centros, fenômeno já referido anteriormente para o Brasil como um todo, se manifesta também neste sub-conjunto de estados.

Em termos do coeficiente de Gini, medindo a concentração da população urbana, o Quadro 19 indica que os valores dos dois agrupamentos têm mudado, no período 1960-1980, no mesmo sentido, isto é, no do aumento da concentração. No entanto, se os valores absolutos são mais reduzidos no caso dos estados pertencentes à fronteira agrícola, em compensação, eles sugerem um movimento de concentração bem mais intenso do que nos estados componentes do resto do país. Estes últimos, por sua vez, evidenciam estagnação (ou uma ligeira diminuição) da concentração entre 1970 e 1980. Paradoxalmente, portanto, as áreas onde a expansão agrícola é mais impor

QUADRO 17
FRONTEIRA AGRÍCOLA E RESTO DO BRASIL:
DISTRIBUIÇÃO DE CIDADES POR TAMANHO
1960-1970-1980

Tamanho (Hab.)	Fronteira Agrícola ^(*)			Resto do Brasil		
	1960	1970	1980	1960	1970	1980
0- 2000	592	663	571	4145	4716	4290
2000- 10000	166	474	361	1228	1270	1818
10000- 20000	16	40	76	138	236	357
20000- 50000	} 13	} 4	} 42	} 160	} 264	} 392
50000- 100000						
100000- 500000	} 10	} 4	} 22	} 61	} 119	} 249
500000- 1000000						
Regiões Metropolitanas	} 1	} 1	} 1	} 9	} 9	} 9
TOTAL	784	1199	1069	5630	6471	6857

FONTE: Censo Demográfico do Brasil de 1980 - FIBGE.

(*) A fronteira agrícola neste caso foi definida como constituída pelas Regiões Norte e Centro-Oeste do país, abrangendo os estados de Amazonas, Goiás, Maranhão, Mato Grosso (inclusive Mato Grosso do Sul), Pará e Rondônia.

QUADRO 18
FRONTEIRA AGRÍCOLA E RESTO DO BRASIL:
IMPORTÂNCIA RELATIVA DAS CIDADES SEGUNDO O TAMANHO (%)

Tamanho (Hab.)	Fronteira Agrícola			Resto do Brasil		
	1960	1970	1980	1960	1970	1980
0- 2000	18,0	11,4	5,2	9,6	5,0	3,9
2000- 10000	30,0	23,6	19,8	16,1	13,6	9,6
10000- 20000	9,2	13,0	12,5	6,6	6,9	8,0
20000- 50000	} 42,8	11,5	15,2	} 67,7	11,6	11,7
50000- 100000		5,5	8,9		7,2	7,1
100000- 500000		22,3	12,6		14,6	21,7
500000-1000000		-	15,4		-	0,9
Regiões Metro- politanas		12,7	10,4		41,1	37,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Censo Demográfico do Brasil de 1980 - FIBGE.

QUADRO 19

FRONTEIRA AGRÍCOLA E RESTO DO BRASIL:
ÍNDICE DE GINI DE CONCENTRAÇÃO DE POPULAÇÃO URBANA

	Fronteira Agrícola			Resto do Brasil		
	1960	1970	1980	1960	1970	1980
Com 4 observações	0,683	0,698	0,747	0,810	0,854	0,842
Com 8 observações	-	0,701	0,767	-	0,873	0,874

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Censo Demográfico do Brasil de 1980 - FIBGE.

NOTA: São apresentados os índices para 4 observações a fim de possibilitar a incorporação do ano de 1960; mas é claro que os índices para 8 observações são mais exatos.

tante, são as que evidenciam maior crescimento de seus centros maiores, em detrimento dos menores. Esse fenômeno mostra que mesmo após o deslocamento da fronteira agrícola, os centros urbanos deixados atrás dela continuam crescendo. Sem a presença de um processo de industrialização significativo, esse crescimento poderá significar um "inchamento" das cidades dessas regiões, o que sem dúvida se constitui em um problema a ser analisado com maiores detalhes a uma escala mais localizada.

Finalmente, é preciso lembrar uma vez mais que o comportamento individual dos estados (e de suas microrregiões) pode ser diferente daquele indicado pelos agregados demográficos aqui empregados.

Considerações a respeito do processo de urbanização fazem sobressair alguns aspectos significativos da população rural. São relevantes nesse contexto dados de densidade rural, na medida em que refletem, numa primeira aproximação, o nível de ocupação e uso do solo agrícola. No Quadro 20 esses dados são apresentados para os três anos censitários⁽¹⁾, junto com as taxas de crescimento da população rural.

Como pode ser observado, esses dados refletem, novamente, grandes disparidades no comportamento dos diferentes estados, podendo-se constatar, em linhas gerais, as características a seguir.

A população rural brasileira, globalmente considerada, apresenta-se praticamente estacionária durante o decorrer das duas últimas décadas. Quanto analisada a nível de estados observa-se algumas características peculiares e que denotam as peculiaridades das regiões envolvidas. Quase todos os estados do Nordeste (a exceção de Paraíba, Pernambuco e Sergi-

(1) No caso do Distrito Federal, constata-se uma importante diminuição da densidade rural em 1970, que depois volta a aumentar em 1980. É provável que estas oscilações reflitam mudanças nos critérios de delimitação de áreas rurais. Dada a reduzida importância absoluta da população rural, tais mudanças eventuais não afetam determinadamente a análise.

QUADRO 20

ESTADOS: DENSIDADE RURAL E TAXA DE
CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO RURAL

Estados	Densidade Rural			Taxa de Crescimento População Rural	
	1960	1970	1980	1960/70	1970/80
1 Acre	0,8	1,0	1,1	2,3	0,7
2 Alagoas	30,1	34,5	36,4	1,4	0,5
3 Amapá	0,2	0,4	0,5	4,5	3,4
4 Amazonas	0,3	0,4	0,4	1,4	0,4
5 Bahia	6,9	7,9	8,6	1,3	0,9
6 Ceará	14,9	17,6	16,9	1,7	-0,4
7 Distrito Federal	8,9	3,7	6,6	-8,4	5,9
8 Espírito Santo	17,5	19,2	16,0	0,9	-1,8
9 Goiás	2,1	2,7	2,3	2,4	-1,5
10 Maranhão	6,3	6,9	8,5	1,0	2,0
11 Mato Grosso	0,4	0,7	0,8	5,3	0,2
12 Minas Gerais	10,0	9,3	7,6	-0,7	-2,1
13 Pará	0,7	0,9	1,4	2,3	4,3
14 Paraíba	23,0	24,5	23,4	0,6	-0,4
15 Paraná	14,8	22,2	15,9	4,1	-3,3
16 Pernambuco	22,9	23,9	24,0	0,4	0,1
17 Piauí	3,8	4,6	4,9	1,8	0,8
18 Rio de Janeiro	32,3	25,1	28,3	-2,5	1,2
19 Rio Grande do Norte	13,5	15,3	14,8	1,3	-0,4
20 Rio Grande do Sul	11,1	11,6	9,4	0,4	-2,1
21 Rondônia	0,2	0,2	1,1	2,7	17,5
22 Roraima	0,1	0,1	0,1	3,6	3,1
23 Santa Catarina	15,1	17,3	15,5	1,4	-1,1
24 São Paulo	19,3	14,1	11,5	-3,1	-2,0
25 Sergipe	20,9	22,1	23,8	0,5	0,7
BRASIL				0,7	-0,5

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Censo Demográfico do Brasil de 1980 - FIBGE.

pe) apresentam na década 1960/70 taxas de crescimento rural superiores à média nacional. Já na década seguinte, exceção feita ao Maranhão e Sergipe, essa tendência se reverte. Em parte o crescimento ligeiramente positivo dos estados dessa região pode ser creditado às taxas de crescimento vegetativo que aí devem ser mais elevadas do que no restante do país, mas não se pode deixar de lado que características culturais dessa região evidenciam uma capacidade de retenção de parte desse crescimento. No Sudeste e Sul⁽¹⁾, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul não evidenciam mudanças significativas, enquanto Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina indicam claramente uma reversão.

Os estados de ocupação mais recente do Centro-Oeste e Norte, mostram, no geral, taxas positivas, com a exceção de Goiás. Apesar de manter um crescimento neste segundo decênio, pode-se dizer que existem sinais de reversão no caso do Mato Grosso, onde a taxa anual de expansão rural cai de 5,3% para 0,2%. São os estados do Norte, em grau não uniforme, mostram taxas elevadas de crescimento rural nas duas décadas sob análise. Isto é especialmente válido para Amapá, Rondônia (áreas, aliás, de reduzido volume demográfico).

Os casos de Goiás e Paraná que após apresentarem taxas expressivas de crescimento da população rural em 1960/70, perdem população na década seguinte são ímpares e denotam as características de esgotamento da fronteira agrícolas e mudanças no produto cultivado.

Finalmente, é importante assinalar que existe uma relação mais ou menos clara entre densidade rural e localização do estado correspondente, no sentido de que à medida que se afasta do litoral Atlântico, as densidades urbanas tendem claramen-

(1) O caso do Rio de Janeiro deve ser considerado com ressalvas, posto que a brusca reversão observada na taxa de crescimento rural para 1970/80, provavelmente é atribuível a mudanças nos critérios censitários.

te a decrescer. Isto vale também para aqueles estados que, mesmo integrando esse litoral, compreendem vastas extensões mediterrâneas. O contraste entre Bahia, Maranhão e Piauí, de um lado, e Alagoas, Pernambuco e Sergipe de outro é, neste sentido, evidente. Os Mapas 1, 2 e 3, que mostram as densidades rurais por estados para 1960, 1970 e 1980, ilustram este aspecto.

4. Avaliação Conjunta dos Aspectos Analisados Anteriormente

Nesta seção será desenvolvida uma avaliação dos elementos apresentados anteriormente, com a finalidade de se estabelecer alguns cruzamentos referentes, basicamente, à relação existente entre movimentos migratórios e processo de urbanização.

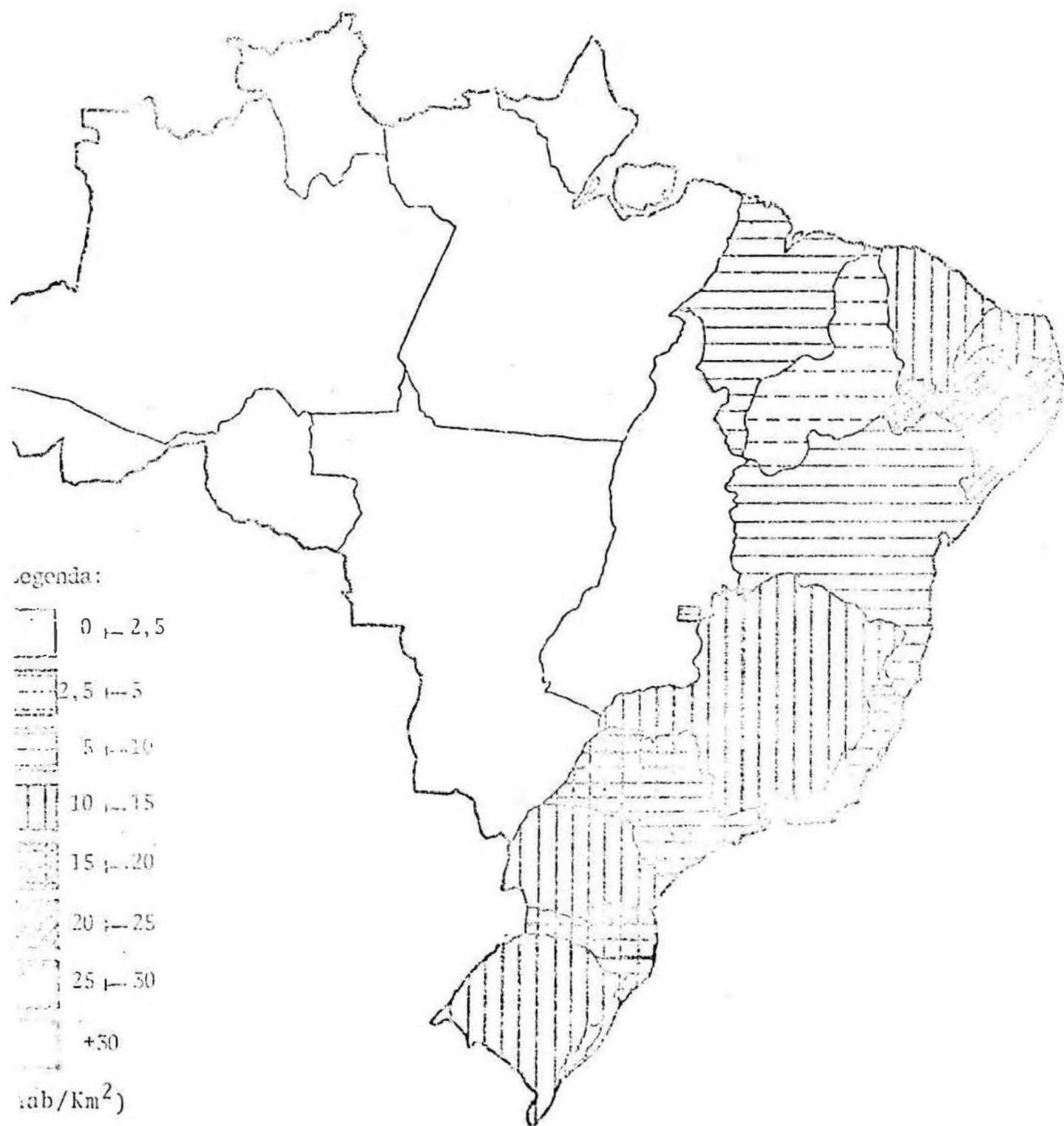
Para esse fim, inicialmente, estimou-se o fluxo de migrantes de origem rural e com destino às áreas urbanas, mediante um procedimento simples e que tem por base aquele empregado na avaliação das migrações inter-estaduais (conforme Apêndice 2)⁽¹⁾. Os resultados obtidos mostram que o volume da migração rural-urbana pode ser estimada em 8.611 em 1960-70 e 12.052 em 1970-80.

Comparando esses valores com os correspondentes aos totais de movimentos migratórios inter-estaduais constata-se que, nos dois períodos, os valores dos movimentos migratórios inter-estaduais equivalem a cerca de 2/3 dos fluxos rurais-urbanos estimados (ver Quadro 21).

(1) Brevemente, trata-se do seguinte procedimento: supõe-se que o fluxo migratório rural-urbano M se verifica na metade do período inter-censitário, sendo que a taxa vegetativa de crescimento é uniforme para M , para a população rural R e para a população urbana; é claro que v será equivalente à taxa vegetativa do Brasil. Pode-se neste caso estimar o volume de migrante a partir da seguinte fórmula para um período de 10 anos.

$$\left(\frac{R_{10} + M(1+v)^5}{R_1} \right)^{1/10} = 1+v.$$
 Conhecendo R_{10} , R_1 e v é possível facilmente calcular M .

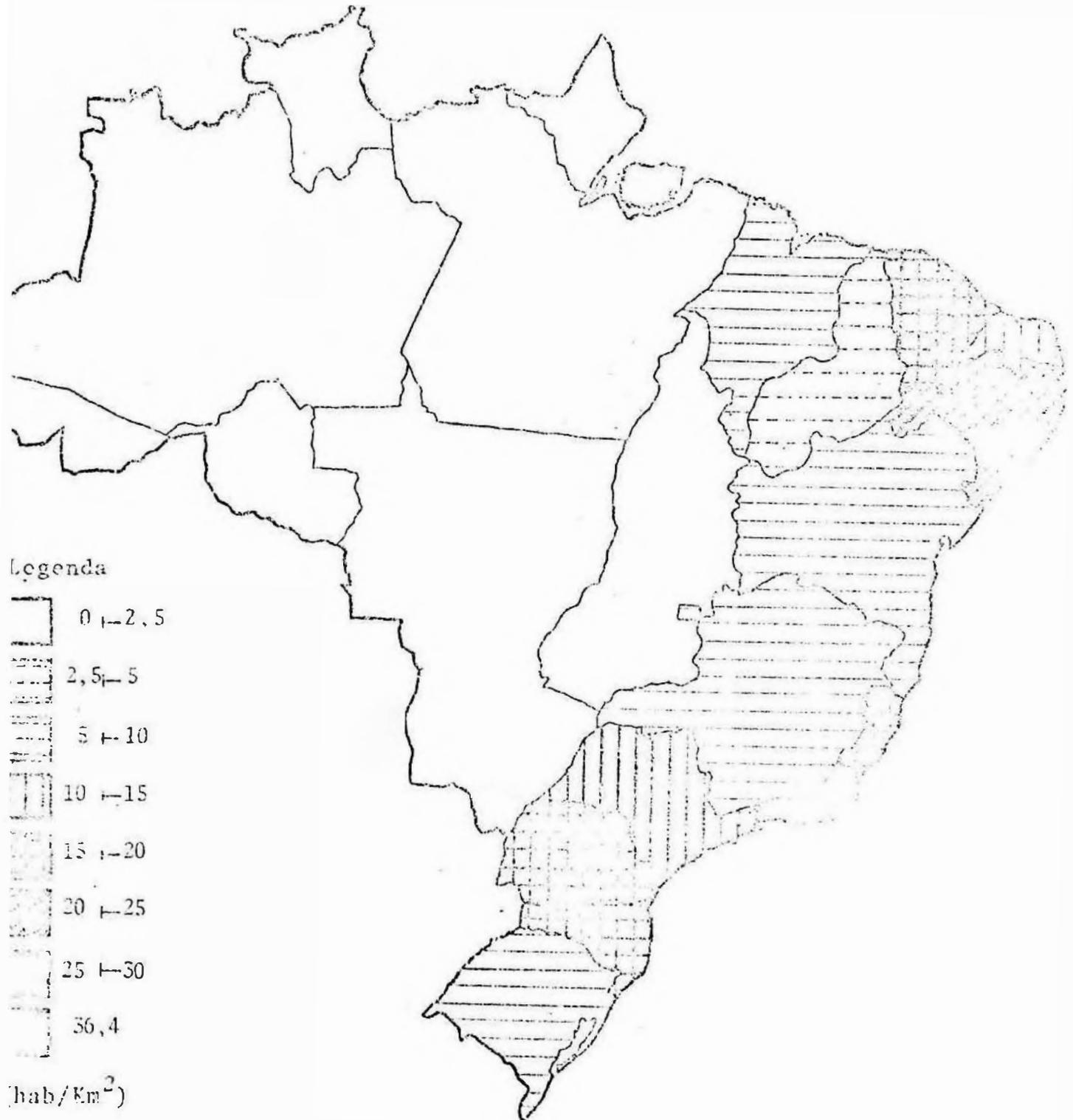
MAPA 1
DENSIDADE RURAL - 1960



MAPA 2
DENSIDADE RURAL - 1970



MAPA 3
DENSIDADE RURAL - 1980



Esses resultados são difíceis de serem interpretados principalmente pelo fato de as informações disponíveis não permitirem chegar-se à montagem de um quadro completo compreendendo os fluxos rurais-urbanos e urbanos-urbanos segundo se trate de fluxos inter ou intra-estaduais. No entanto os dados do Quadro 21 indicam claramente que uma parte importante dos fluxos migratórios rurais-urbanos desenvolveu-se no interior dos estados; no mínimo, na proporção de 1/3, se se admite como hipótese extrema, que todos os fluxos inter-estaduais tenham sido rurais-urbanos.

QUADRO 21

BRASIL: FLUXOS RURAL-URBANOS E MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS INTER-ESTADUAIS 1960-1970-1980

(Mil habitantes)

	1960-1970	1970-1980
Fluxos rurais-urbanos (1)	8.611	12.052
Movimentos migratórios inter-estaduais (2)	5.371	7.579
(2)/(1)	0,624	0,629

Para o período 1970-1980, dispõe-se de informações referentes a movimentos migratórios intra-estaduais. No Quadro 22, apresenta-se esse dado agregado para o Brasil, comparando-o com os indicadores no Quadro 21.

QUADRO 22

BRASIL: FLUXOS RURAL-URBANOS E MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS INTER
E INTRA ESTADUAIS 1970-1980

(Mil habitantes)	
1970-1980	
Fluxos rural-urbanos (1)	12.052
Movimentos migrat6rios intra-estaduais (2)	16.353
Movimentos migrat6rios inter-estaduais (3)	7.579
$[(2) + (3)] / (1)$	1,98

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Censo Demogr6fico do Brasil de 1980-FIBGE. Tabulaç6es Avançadas do Censo Demogr6fico de 1980-FIBGE.

Percebe-se neste caso que cerca de metade do movimento de populaç6o verificado no per6odo foi efetuado por pessoas que se deslocaram entre zonas rurais diferentes (em outros estados ou n6o) ou entre cidades diferentes, significando que esse movimento n6o implicou em mudançA na situaç6o anterior dos migrantes. Levando-se em conta a intensa urbanizaç6o verificada na d6cada, conforme assinalado anteriormente, 6 poss6vel imaginar que o maior volume dessa migraç6o tenha se dado entre cidades em um processo de acomodaç6o da populaç6o no processo de deslocamento, por est6gios, entre o meio rural e as cidades maiores. Note-se, finalmente, que a maior parte da migraç6o foi intra-estadual (mais de 2/3), sendo igualmente prov6vel que ela tenha-se dado basicamente entre centros urbanos.

A fim de se ter uma vis6o global do comportamento dos diversos estados brasileiros pode-se organizar os dados apresentados at6 aqui, relacionando os estados segundo o comportamento de sua populaç6o rural (crescimento superior ou infe

rior à média do Brasil) e do sinal do seu saldo migratório (conforme Quadros 23 e 24, para 1960/70 e 1970/80, respectivamente).

Nesses quadros é possível identificar 4 casos:

- I) Crescimento rural baixo e saldo migratório positivo: enquadram-se aqui os estados onde a atração dos movimentos migratórios é devida ao crescimento das atividades não primárias, caracterizando o caso dos estados onde o processo de industrialização tem importância decisiva;
- II) Crescimento rural alto e saldo migratório positivo: este caso pode ser identificado com o dos estados pertencentes a fronteira agrícola em expansão;
- III) Crescimento rural baixo e saldo migratório negativo: poder-se-ia associar facilmente este caso ao dos estados cujo desenvolvimento agrícola encontra-se em franca reversão, não sendo possível a absorção da população em atividades não agrícolas no próprio estado;
- IV) Crescimento rural alto e saldo migratório negativo: este caso é atípico, porque indicaria uma certa propensão do setor primário a reter população, não acontecendo o mesmo com as atividades secundárias e terciárias.

QUADRO 23
ESTADOS: CRESCIMENTO RURAL E SALDOS MIGRATÓRIOS:
1960/1970

		Crescimento Rural		
		Inferior ao do Brasil	Superior ou Igual ao do Brasil	
Saldos Migratórios	Positivos	Rio de Janeiro São Paulo (I)	Amapá Goiás Maranhão(*) Mato Grosso Pará	Paraná Rondônia Roraima (II)
	Negativos	Minas Gerais Pernambuco Rio Grande do Sul (III)	Acre Alagoas Amazonas Bahia Ceará Esp. Santo (IV)	Paraíba Piauí Rio G. do Norte Sta. Cata rina Sergipe

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Censos Demográficos do Brasil de 1960 e 1970 - FIBGE.

NOTA: O Distrito Federal não foi incluído por possuir uma população rural irrelevante.

(*) Saldo praticamente nulo.

QUADRO 24

ESTADOS: CRESCIMENTO RURAL E SALDOS MIGRATÓRIOS - 1970-1980

		Crescimento Rural	
		Inferior ao do Brasil	Superior ou igual ao do Brasil
Saldos Migratórios	Positivos	São Paulo (I)	Acre+Amapá+Rondônia+Roraima Amazonas Mato Grosso Pará Rio de Janeiro(*) (II)
	Negativos	Espírito Santo Goiás Minas Gerais Paraná Rio G. do Sul Santa Catarina (III)	Alagoas Bahia Ceará(**) Maranhão Paraíba(**) Sergipe (IV)

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Censos Demográficos do Brasil de 1970 e 1980 - FIBGE.

NOTAS: (*) No referente ao comportamento deste estado, ver observação em nota (1), pág. 44 .

(**) As taxas de crescimento da população rural destes estados foram negativas no período, ainda que superiores às taxas do Brasil.

Da análise desses quadros pode-se dizer que os agrupamentos I, II e III apresentam um panorama previsível, que caracteriza corretamente o comportamento dos estados incluídos. Já o agrupamento IV, que foi definido anteriormente como "atípico" inclui praticamente todos os estados nordestinos nos dois períodos (além de Santa Catarina e Espírito Santo para o período 1960/70), estados estes caracterizados por elevados índices de emigração, conforme visto anteriormente nos Quadros 10 e 11.

Tem-se aqui a oportunidade de formular uma hipótese sobre a origem regional da migração rural-urbana, na base destas constatações: se no conjunto dos estados emissores, os do Nordeste apresentam algum grau de absorção de população rural, enquanto que no caso dos estados do agrupamento IV, uma parte não desprezível dos emigrantes pode ser originária das áreas urbanas. Esta é apenas uma hipótese, cuja validade poderia ser testada adequadamente.

APENDICE 1
ESTADOS: POPULAÇÃO TOTAL, URBANA E RURAL
1960-1970-1980

Estados	1960			1970			1980			Área
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	
1 Acre	158.052	33.534	124.518	215.299	59.307	155.992	299.894	131.974	167.920	152.589
2 Alagoas	1.256.159	421.148	835.011	1.588.109	631.739	956.370	1.989.703	979.524	1.010.179	27.731
3 Amapá	68.520	35.241	33.279	114.359	62.451	51.908	175.971	103.461	72.510	139.063
4 Amazonas	714.774	236.654	478.120	955.235	405.831	549.404	1.427.784	855.679	572.105	1.558.987
5 Bahia	5.918.872	2.049.124	3.869.748	7.493.470	3.085.483	4.407.987	9.472.523	4.663.950	4.808.573	559.951
6 Ceará	3.289.595	1.103.436	2.186.159	4.361.603	1.780.093	2.581.510	5.297.750	2.817.397	2.480.353	146.817
7 Distrito Federal	139.796	88.295	51.501	537.492	516.082	21.410	1.173.915	1.135.823	38.092	5.771
8 Espírito Santo	1.169.553	370.075	799.478	1.599.333	721.916	877.417	2.019.877	1.289.356	730.521	45.597
9 Goiás	1.917.460	580.518	1.336.942	2.936.677	1.237.108	1.701.569	3.864.629	2.402.414	1.462.215	642.036
10 Maranhão	2.477.371	442.995	2.034.376	2.992.686	752.027	2.240.659	4.000.083	1.256.683	2.743.400	324.616
11 Mato Grosso	892.233	346.922	545.311	1.597.090	684.189	912.901	2.506.063	1.570.955	935.108	1.231.549
12 Minas Gerais	9.698.118	3.880.388	5.817.730	11.487.415	6.060.300	5.427.115	13.389.605	8.984.948	4.404.657	582.586
13 Pará	1.538.193	623.816	914.377	2.167.018	1.021.966	1.145.052	3.410.088	1.668.132	1.741.956	1.227.530
14 Paraíba	1.991.145	695.232	1.295.913	2.382.617	1.002.156	1.380.461	2.769.521	1.448.001	1.321.520	56.372
15 Paraná	4.263.721	1.310.969	2.952.752	6.929.868	2.504.378	4.425.490	7.629.405	4.471.949	3.157.456	199.060
16 Pernambuco	4.080.601	1.828.426	2.252.175	5.160.640	2.810.843	2.349.797	6.147.080	3.784.751	2.362.329	98.281
17 Piauí	1.249.200	292.422	956.778	1.680.573	536.612	1.143.961	2.138.790	998.158	1.240.632	250.934
18 Rio de Janeiro	6.649.646	5.252.631	1.397.015	8.994.802	7.906.146	1.088.656	11.300.665	10.076.259	1.224.406	43.305
19 Rio Grande do Norte	1.140.823	427.543	713.280	1.550.244	737.368	812.876	1.901.745	1.117.953	783.792	53.015
20 Rio Grande do Sul	5.388.659	2.412.279	2.976.380	6.664.891	3.553.006	3.111.885	7.778.162	5.254.469	2.523.693	267.523
21 Rondônia	70.232	30.626	39.606	111.064	59.564	51.500	491.651	232.769	258.882	243.044
22 Roraima	28.871	12.460	16.411	40.885	17.481	23.404	80.148	48.240	31.908	230.140
23 Santa Catarina	2.129.252	688.358	1.440.894	2.901.734	1.246.043	1.655.691	3.631.368	2.155.510	1.475.858	95.483
24 São Paulo	12.823.806	8.044.377	4.779.429	17.771.948	14.276.239	3.495.709	25.036.171	22.190.947	2.845.224	247.320
25 Sergipe	751.778	291.109	460.669	900.744	415.415	485.329	1.136.951	614.088	522.863	21.996

FONTE: Censos Demográficos do Brasil de 1960, 1970 e 1980 - FIBGE.



APENDICE 2

PROCEDIMENTOS ADOTADOS PARA O CÁLCULO DAS TAXAS VEGETATIVAS DE CRESCIMENTO E DAS CONTRIBUIÇÕES DAS MIGRAÇÕES AO CRESCIMENTO POPULACIONAL DOS ESTADOS

O ponto de partida foi a denominada "equação compensadora":

$$P_1 = P_0 + E_{01} - S_{01} + N_{01} - O_{01} \quad (1)$$

onde

P_0, P_1 = população total de um estado nas datas censitárias 0 e 1, por uma área;

E_{01} = entradas de migrantes idem;

S_{01} = saídas de migrantes idem;

N_{01} = nascimentos verificados idem;

O_{01} = óbitos verificados idem.

É interessante salientar alguns aspectos, a respeito da fórmula (2) acima, tendo em vista a discussão posterior.

i) Os nascimentos registrados no período inter-censitário (N_{01}) são atribuíveis (1) à população pré-existente na área (P_0); (2) à população que ingressou nela (E_0); e (3) a descendentes dos dois grupos (isto é, nascimento de filhos de membros de P_0 ou E_0). O mesmo vale para os óbitos (O_{01}).

ii) As saídas de populações verificadas (S_{01}) podem corresponder tanto à população pré-existente (P_0), à população nascida no período (N_{01}) ou à população entrada (E_{01}).

Portanto, para efeito de maior precisão seria preciso re-escrever a equação compensadora (1), de forma a refletir estas matrizes. Esse caminho não é seguido, posto que não se dispõe de informações suficientes para preencher todas as exi

gências desta formulação. Parece mais viável partir para uma simplificação mais de acordo com a disponibilidade de dados.

Nesse caso, a equação compensadora pode ser apresentada da forma seguinte, em termos de acréscimos:

$$\text{Crescimento Total} = \text{Crescimento Vegetativo de População Nativa} + \text{Imigrantes} - \text{Emigrantes} + \text{Crescimento Vegetativo da População Imigrante} \quad (2)$$

Esta equação, como já foi assinalado, não é diretamente utilizável, posto que só se dispõe de informações referentes a:

- 1) crescimento total;
- 2) imigrantes até fim do período, e
- 3) emigrantes até o fim do período.

Isto é, não se dispõe de informações referentes aos crescimentos vegetativos. Neste ponto, só se pode avançar mediante hipóteses adicionais, que supram estas ausências. Tais hipóteses seriam as seguintes:

- 1) Os movimentos de imigração e emigração reduzem-se a um único movimento, no sentido apresentado pelo saldo dos movimentos efetivamente acontecidos⁽¹⁾; supõe-se, além disso que estes movimentos são adequadamente representados pelas informações censitárias referente ao domicílio atual e anterior dos migrantes, no momento de efetuar o censo (ou seja, não serão considerados os casos de dois ou mais movimentos migratórios realizados, no período intercensitário, por um indivíduo e/ou família).

(1) Isto é, se temos uma emigração de 100.000 pessoas, e uma imigração de 80.000, supomos que há um único movimento migratório de 20.000 pessoas.

2) Assume-se que este movimento-saldo efetua-se num ano determinado do período intercensitário. O interessante deste pressuposto é que ele simplifica enormemente o cálculo das taxas vegetativas. Quanto a data a ser fixada, quanto mais próxima ela esteja do início do período intercensitário, maior será a contribuição dos imigrantes ao crescimento demográfico, em razão disso, maior será o efeito do seu crescimento vegetativo; a mesma observação vale para o caso de saldos migratórios negativos. Obviamente, escolheu-se como momento o que divide o período intercensitário em duas partes iguais, como a melhor aproximação⁽¹⁾.

3) Finalmente, supõe-se que as taxas de crescimento vegetativo serão constantes ao longo do período intercensitário.

Na realidade, fez-se necessário um pressuposto adicional que será explicitado mais adiante, quando sua necessidade fique em evidência.

De acordo com estes pressupostos, o crescimento da primeira metade do período será igual ao crescimento vegetativo. Assumindo que o período intercensitário é de 10 anos (como acontece com o caso examinado neste trabalho), a população no ano 5 será dada pela expressão seguinte:

$$P_5 = P_1 (1 + v)^5 \quad (3)$$

onde

P_1, P_5 = população nos anos 1 e 5;

v = taxa de crescimento vegetativo (e ser determinada)

(2) Uma outra possibilidade seria escolher alternativamente, como casos extremos, o início e o fim do período intercensitário, para depois escolher a média entre os valores indicados. Os resultados obtidos não são substantivamente diferentes dos que resultou do método proposto.

No ano 5 é incorporado o saldo migratório com suas influências no crescimento vegetativo da área. Neste ponto a discussão desdobra-se em duas partes; a primeira refere-se ao caso de saldos migratórios negativos, e a segunda ao caso de saldos positivos.

1) Se os saldos forem negativos, isto significa que a população continuará crescendo à mesma taxa vegetativa, mas sofrendo uma redução equivalente ao saldo. Isto é, o crescimento do ano 5 até o ano 10 será representado pela expressão seguinte:

$$P_{10} - P_5 = (P_5 - SM) (1 + v)^5 - P_5 \quad (4)$$

onde

SM = saldo migratório do período intercensitário (em termos absolutos)

A partir de (3), colocando P_5 em função de P_1 , e obtém-se a expressão do crescimento no total do período intercensitário:

$$P_{10} - P_1 = P_1 (1+v)^{10} - SM (1+v)^5 - P_1 \quad (5)$$

Desta expressão, pode-se extrair facilmente o valor de v .

2) Se os saldos forem positivos, a população nativa crescerá ao longo do período sempre à mesma taxa, enquanto que a população imigrante crescerá a uma taxa a ser determinada. Formalmente, tem-se:

$$P_{10} - P_1 = (1+v)^{10} + SM (1+m)^5 - P_1 \quad (6)$$

m = taxa vegetativa de crescimento do saldo migratório positivo

Através dessa fórmula, pode-se calcular v também sem maiores dificuldades.

As expressões (5) e (6) estabelecem os padrões de crescimento para o caso de áreas com saldos negativos e positivos,

respectivamente. Mas se a primeira permite encontrar a taxa de crescimento vegetativo; a segunda não o permite, por quanto temos duas variáveis (v e m) e uma só equação. Tem-se aqui várias opções para acrescentar uma relação adicional, sendo algumas delas as seguintes:

- a) considerar que m é igual à taxa do estado de origem do migrante;
- b) considerar que m é igual a taxa de crescimento vegetativo do estado de destino do migrante;
- c) considerar que m é igual a uma média das taxas indicadas em a) e b), e
- d) considerar que m é igual à taxa vegetativa para o Brasil.

As primeiras três alternativas tentam se basear em diferentes hipóteses em relação ao comportamento do migrante, que sofre influência dos padrões do estado de origem ou destino. Provavelmente, escolher a alternativa intermediária c) seria o mais correto. Entretanto, ela implica um volume de cálculo que a inviabiliza em termos práticos. Portanto, escolher a taxa indicada em d) parece ser a única saída; ela tem validade, na medida em que provavelmente constitui um valor intermediário entre as taxas de crescimento dos estados emissores e as dos estados receptores (sendo provavelmente as primeiras maiores do que as segundas).

Devemos assinalar uma restrição adicional para a análise, que se constitui na inexistência de informações sobre a composição etária dos migrantes; na medida em que ela seja muito diferente da do conjunto da população, os índices de crescimento vegetativo também o serão. Por exemplo, se as especulações que emigra é preponderantemente jovem, a taxa vegetativa real será relativamente elevada; no entanto, não existem bases para aventurar hipóteses neste sentido.

Uma vez obtida a taxa de crescimento vegetativo da área, é interessante apresentar alguns indicadores do efeito dos fluxos migratórios no crescimento demográfico. Propõe-se aqui três.

O primeiro consiste em avaliar a contribuição (positiva ou negativa) do saldo migratório sobre o crescimento total da população. Novamente, o cálculo difere se se tem o saldo positivo ou negativo.

- Se $SM > 0$, então a contribuição da migração (CONT) será medida por

$$CONT = \left[SM (1+m)^5 / (P_{10} - P_1) \right] \cdot 100. \quad (7)$$

- Se $SM < 0$, a contribuição será

$$CONT = \left[(SM (1+v)^5 / (P_1 (1+v)^{10} - P_1)) \right] \cdot 100 \quad (8)$$

A formulação deste indicador, deve-se notar, parte da hipótese de que a taxa de crescimento vegetativo independe dos fluxos migratórios; pelo que foi visto, trata-se de uma hipótese forte mas imprescindível, posto que não se dispõe de elementos que permitam um refinamento maior do cálculo.

O sinal deste indicador dependerá tanto daquele verificado pelo saldo migratório como do crescimento total. Dado que este último é sempre positivo no caso do Brasil, o primeiro será o fator decisivo.

O segundo indicador também se baseia na hipótese de que caso não houvesse migração, a população da área crescerá à mesma taxa vegetativa calculada anteriormente. Esta medida, denominada por impacto (IMP) para diferenciá-la da anterior pode ser representada adequadamente pela fórmula seguinte:

$$IMP = (SM/P_0 (1+v)^{10}) \cdot 100$$

O valor deste coeficiente será positivo (negativo) se o saldo migratório for positivo (negativo); ele indicará, como um percentual sobre o hipotético crescimento (na ausência de migrações), a proporção do crescimento (decréscimo) induzido pela migração.

Finalmente, o terceiro indicador consiste em subtrair da taxa de crescimento total do estado (t) a de crescimento ve

getativo (v), obtendo desta forma o crescimento médio anual atribuível a migração (m). Formalmente:

$$m = t - v$$

Claramente, se m for positivo (negativo), o saldo migratório será positivo (negativo).

